

APRESENTAÇÃO

A elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado da Bahia foi contratada pela Superintendência de Recursos Hídricos da Secretaria de Infra-estrutura com o Consórcio MAGNA-BRLi/GERSAR, através do Contrato nº 046/01-SRH/PGRH/BIRD, firmado em 05 de outubro de 2001.

De acordo com a programação estabelecida para execução dos trabalhos, os mesmos deverão ser realizados em três etapas, a saber:

Etapa 1 – Consolidação das Informações e Regionalização

Etapa 2 - Estudo de Cenários, Identificação de Objetivos e Identificação de Programas

Etapa 3 – Detalhamento dos Programas e Sistemas de Gestão do PERH-BA.

O presente relatório apresenta os resultados dos trabalhos desenvolvidos na primeira das etapas acima citadas e está estruturado em três volumes, sendo o Volume 1 de Texto, dividido em 2 Tomos, o Volume 2 de Anexos também dividido em 2 Tomos, e o Volume 3 de Desenhos.

O presente Volume de Texto é formado por quatro capítulos, além desta Apresentação. Os capítulos do relatório são os seguintes:

Capítulo 1 - Introdução, onde é feita a apresentação geral do trabalho em execução;

Capítulo 2 – Recursos Hídricos e Dimensões do Desenvolvimento Sustentável, no qual, além de estudos acerca da regionalização do PERH-BA são apresentados os resultados do diagnóstico de meio físico e dos recursos naturais, os aspectos econômicos, socioculturais e tecnológicos e o diagnóstico jurídico-institucional da área de estudo, ou seja, do Estado da Bahia;

Capítulo 3 – Diagnóstico dos Recursos Hídricos, onde são apresentados os resultados dos estudos realizados acerca da disponibilidade de recursos hídricos, da utilização atual destes recursos, do balanço entre a oferta e a demanda de água e tecidas considerações acerca do controle e conservação dos recursos hídricos, da gestão integrada destes recursos e, definidas as macrorregiões do PERH-BA;

Capítulo 4 – Macrorregiões do PERH-BA, no qual são definidas as macrorregiões a serem adotadas no PERH-BA e os indicadores e parâmetros de avaliação e monitoramento.

Completa o relatório a Bibliografia consultada para desenvolvimento dos serviços.

1. INTRODUÇÃO

A elaboração do PERH-BA está sendo conduzida segundo os delineamentos estabelecidos na Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997, segundo a qual os Planos de Recursos Hídricos caracterizam-se, na perspectiva do País, como planos diretores destinados a fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos. O PERH-BA também está pautado pela perspectiva do longo prazo, segundo a qual o planejamento deve estar compatível com os períodos de implantação dos programas e projetos, estruturados segundo conteúdo mínimo que envolva a formulação de diagnóstico dos recursos hídricos, análise as alternativas de crescimento demográfico, a evolução das atividades produtivas e as conseqüentes modificações dos padrões de ocupação do solo e seja pautado pelo balanço entre disponibilidades e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, vis-à-vis os conflitos atuais e potenciais.

Afinado com os princípios da Política Nacional de Recursos Hídricos, o PERH-BA também conterá explicitações sobre metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis. Envolverá, em conseqüência, novas medidas de ação programática, além de dar seqüência a trabalhos que se encontram em andamento no estado, a cargo de órgãos setoriais e multissetoriais.

Na linha das orientações que estão sendo privilegiadas pelo governo do estado, o Plano conferirá prioridade aos serviços de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, estabelecendo diretrizes e critérios para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Nessa linha, colocará em prática iniciativas destinadas à criação de áreas sujeitas a restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos.

As ações do Plano serão definidas segundo as possibilidades e restrições das 13 principais bacias hidrográficas do estado, tomando por base as informações geradas nas 84 unidades de balanço hídrico em que elas foram desagregadas. Para melhor pautar as ações de planejamento de curto e médio prazo, tais informações estão sendo agregadas de conformidade com os condicionantes das "Regiões de Planejamento do PERH-BA", pensadas e delimitadas mediante o estudo combinado das diferentes regionalizações produzidas no estado.

Esses princípios e diretrizes, bem como normas e procedimentos gerais e específicos, orientados para o planejamento e o adequado gerenciamento dos recursos hídricos, constam da Lei nº 6.855, de 12 de maio de 1995, do Estado da Bahia, que, há tempos, vem conferindo a prioridade necessária a essas matérias. O mesmo instrumento legal define os contornos básicos da Política de Recursos Hídricos para o Estado, da qual são instrumentos centrais: (i) o Plano Estadual de Recursos Hídricos; (ii) a outorga de direito de uso dos recursos hídricos; e (iii) a cobrança da água.

A Lei nº 6.855/1995 também define o que se espera do órgão gestor dos recursos hídricos, destacando-se neste sentido o incentivo que deve ser concedido aos usuários dos recursos hídricos, para que se organizem sob a forma de organismos de bacias hidrográficas, destinados a discutir e propor ao Órgão Gestor sugestões de interesse das respectivas bacias.



Essa lei foi regulamentada em relação aos seus aspectos mais importantes, a exemplo dos tratados nos seguintes instrumentos:

- i) Decreto nº 6.296, de 21 de março de 1997, que dispõe sobre a outorga de uso dos recursos hídricos, infrações e penalidades, além de outras providências; e
- ii) Decreto nº 6.295, também de 21 de março de 1997, que institui o Sistema de Planejamento, Coordenação e Implantação do Projeto de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado da Bahia e dá outras providências.

À Lei nº 6.855/1995, foi acrescentado, um outro instrumento importante qualificado pela Lei nº 7.354, de 14 de setembro de 1998, pela qual ficou criado o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Complementar a esta, foi a edição da Lei nº 8.194, de 21 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre a criação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia – FERHBA e a reorganização da Superintendência de Recursos Hídricos – SRH e do mesmo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 8.247, de 08 de maio de 2002, que aprova o Regimento Interno da SRH.

O aparato institucional representado pelos instrumentos legais citados respalda as orientações que pautam a formulação do Plano Estadual de Recursos Hídricos da Bahia.

2. RECURSOS HÍDRICOS E DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A atenção que vem sendo dada, crescentemente, aos diferentes domínios dos recursos hídricos tem como premissas as constatações sobre o seu uso inadequado, do que decorre a degradação dos principais mananciais formadores dos cursos d'água. Uma política de recursos hídricos, concebida como suporte ao desenvolvimento sustentável, deve enfaticamente considerar tanto as diversidades, biológica, social e cultural, como os conflitos de uso desses recursos, sejam eles existentes ou potenciais.

Esta ênfase se justifica de forma patente por vir a água assumindo características notáveis de bem que se torna a cada dia mais escasso. Tal particularidade vem despertando grande interesse dos organismos internacionais, de diferentes governos e do setor privado, que procuram unir-se no esforço de busca de soluções compatíveis com um problema que afeta boa parte da população mundial e com perspectivas de agravamento nas próximas décadas.

2.1 ABORDAGEM TERRITORIAL

O objetivo dessa parte do estudo do PERH-BA é identificar quais são os componentes que entram na reflexão sobre a regionalização e cruzar as variáveis correspondentes, para propor uma regionalização adequada do PERH-BA visando a aplicação de ações para implementar o plano.

Essa reflexão bastante abrangente envolve os aspectos físicos territoriais, bem como os aspectos ambientais, econômicos e sociais. Ela permite entender como o território se articulará.

Além da situação atual devem ser também consideradas as estratégias para o futuro e as projeções que podem ser razoavelmente feitas a partir da situação hoje observada. Não se deve esquecer que o prazo do PERH-BA é o ano 2020. Com a rápida mudança da economia devida à globalização e aos seus efeitos muitas vezes predadores sobre o meio ambiente, planejar o futuro num prazo tão longo e na perspectiva de um desenvolvimento sustentável não é tarefa fácil.

No âmbito das políticas públicas do Estado da Bahia é possível identificar cerca de 25 tipos de regionalização diferentes. Essa diversidade de espacialização foi orientada pela necessidade de implementação de ações específicas, segundo a área de atuação das diferentes instituições.

A apreciação de algumas dessas regionalizações, bem como a investigação sobre suas orientações metodológicas e critérios de demarcação espacial, contribuiu de forma positiva para a definição dos caminhos mais adequados para se chegar à proposição de uma regionalização para o PERH-BA, do ponto de vista do tratamento das questões relativas aos recursos hídricos.

Com relação à gestão dos recursos hídricos pode-se observar a regionalização definida



pela política federal do setor, implementada pela Agência Nacional de Águas (ANA) – Bacia Hidrográfica e a utilizada pela Superintendência de Recursos Hídricos (SRH) – RAA (Regiões Administrativas da Água). Além disso, têm-se ainda os sistemas adotados pelo IBGE e ANEEL e a iniciativa recente do Órgão Ambiental do Estado da Bahia – CRA, no sentido da definição de uma regionalização que dê conta da diversidade estadual nos termos da qualidade dos recursos hídricos disponíveis. Na realidade, se está diante de sistemas centrados em objetivos específicos, e que estabelecem diferentes recortes espaciais, a partir das áreas de drenagem dos principais cursos d'água formadores das grandes bacias hidrográficas, seus afluentes e subafluentes.

Em face da constatação dessa variedade de espacializações e a partir da tentativa de compreensão de seus critérios norteadores, optou-se, como ponto de partida para os estudos para a definição das regiões do PERH-BA, pela utilização do recorte espacial que corresponde às Bacias Hidrográficas do Estado da Bahia. Contudo, este recorte poderá ser modificado na medida em que as análises estejam consolidadas, o que, possivelmente, propiciará a definição, no interior de cada bacia de espaços específicos, merecedores de tratamento especial.

É importante destacar que o tratamento agregado das informações constitutivas da base de dados secundários, de modo a que se ampliasse o conhecimento sobre o território baiano, a partir da configuração de seus principais aspectos físicos e dos processos socioeconômicos, permitirá analisar melhor a divisão do espaço geográfico do estado a partir das suas bacias hidrográficas e concluindo na definição das regiões do PERH-BA.

Desse modo, estima-se que, a partir desse procedimento, se poderá construir identidades espaciais que agreguem os principais aspectos (físicos, bióticos e socioeconômicos) do território delimitado pelas bacias hidrográficas e revelem uma síntese das interações entre estes aspectos, dentre eles aqueles que remetem aos conflitos decorrentes da disputa pelo uso e gestão dos recursos hídricos.

Apesar de o PERH-BA não ser um plano de desenvolvimento da Bahia, ele deve levar em conta também os eixos estratégicos que foram definidos no contexto nacional e rebatidos no contexto baiano através dos eixos de desenvolvimento, inclusive porque essa espacialização do território é orientadora do planejamento orçamentário do Estado.

2.1.1 Discussão das Regionalizações Existentes

A extensão e diversidade territorial sempre foram um desafio para o planejamento das políticas públicas, acarretando a necessidade de espacialização e ou fracionamento territorial, de modo a tornar o espaço unidade de planejamento. A definição de estratégias e ações para a gestão de recursos hídricos no Estado da Bahia esbarra em desafio semelhante, pois terá de atender à extensão e diversidade do território baiano, esta última expressa em um conjunto de relações econômicas, políticas e simbólicas que extrapolam os limites de suas bacias e sub-bacias hidrográficas.

Esta constatação recomenda a reflexão sobre a noção de “região” e sobre as diferentes modalidades do exercício de regionalização, como procedimento capaz de acenar com alternativas para o tratamento do território baiano à luz da gestão de recursos hídricos,

de modo a contemplar não só sua extensão e diversidade territorial, como também sua complexidade espacial¹. Além disso, recomenda também uma detalhada reflexão sobre as formas de regionalização até então utilizadas pelos diferentes setores das políticas públicas estaduais.

A noção de “região” historicamente acionou inúmeros debates, o que possibilitou o surgimento de um conjunto de abordagens teórico-metodológicas sobre regionalização. Envolvendo diferentes campos do conhecimento, os resultados desses debates podem ser observados a partir de uma diversidade de conceitos sobre “região”, que variam conforme a base teórica que os sustenta e o procedimento metodológico que empregam. Nesse campo circulam profissionais diversos – geógrafos, economistas, sociólogos, cientistas políticos, administradores – e, por conseguinte diversos tratamentos da questão. Destaca-se, nesse contexto, a abordagem centrada na primazia das bases materiais que sustentam e dão concretude à distribuição desigual de população e recursos produtivos num dado espaço; a perspectiva que valoriza as disputas em torno da forma de organização do Estado e das modalidades de interesses em suas diversas instâncias; e a investigação sobre os motivos pelos quais alguns grupos sociais constroem identidades e articulam interesses a partir de um recorte territorial específico, que torna evidente não só a condição de contigüidade e vizinhança no espaço territorial, como também a diversidade e complexidade do espaço social.

É importante destacar que esse debate, embora acadêmico, não é neutro e nem se pretende como tal, ao contrário, é atravessado por opções políticas e ideológicas que, explicitadas nos supostos conceituais e nos pontos de partida assumidos, permitem identificar os interesses e objetivos do exercício de regionalização.

Em linhas gerais pode-se sugerir que o exercício de regionalização freqüentemente se realiza a partir de quatro tipos de abordagens, que não são únicas nem excludentes: a regionalização como diferenciação de áreas; a regionalização como classificação; a regionalização como instrumento de ação e a regionalização como processo. Em linhas gerais, a apreciação de cada uma dessas abordagens pode ser observada nos seguintes termos:

- a regionalização como diferenciação de áreas² - centrada basicamente na noção de paisagem geográfica, essa abordagem privilegia os atributos geofísicos, o que permite identificar regiões homogêneas, segundo a interrelação de fenômenos físicos complexos. Um marco dessa perspectiva no Brasil ocorreu em 1940, quando o IBGE estabeleceu, pela primeira vez, uma divisão regional do país³. Naquele momento, a divisão regional do Brasil foi institucionalizada em suas escalas, maior (grandes regiões) e menor (Zonas Fisiográficas), tendo em vista a publicação das informações estatísticas, o que, imediatamente, colocou a dualidade entre “região natural” e “região humana”. Embora as divisões oficiais tenham se alterado ao longo do tempo, destaca-se que a força e legitimidade da noção de região é uma constatação, pois o seu simples enunciado imediatamente

1 - Como território se está compreendendo, a base geofísica, incluindo todos os recursos naturais nela presentes, e como espaço uma construção social específica que envolve relações econômicas, políticas e culturais.

2 - Autores que adotaram essa abordagem: Vidal de la Blache, Hettner, Hebertson, Camille Vallaux, Lucien Gallois e Giuseppe Richieri.

3 - É importante destacar que ao longo de sua história o IBGE vem transitando por diversas modalidades de regionalização.

remete a macro recortes nos quais se delimita um número reduzido de extensas unidades territoriais⁴.

- a regionalização como classificação⁵ – caracterizada pela associação entre regionalização, princípios de classificação e métodos quantitativos, com o objetivo de construir um sistema regional. Aqui a classificação é o procedimento através do qual se busca uma ordem e/ou uma coerência para a multiplicidade de fenômenos que se encontra no mundo real. É interessante destacar que nessa perspectiva os princípios que norteiam a classificação e a divisão territorial são na realidade propósitos, ou seja, objetivos a serem atingidos. Desse modo o espaço total terá tantas “regiões” quantos forem os propósitos orientadores da classificação realizada. É assim, por exemplo, que se definem as regiões homogêneas agrícolas; as regiões político-administrativas; as regiões funcionais urbanas. Essa abordagem acentua a perspectiva dualista do espaço, uma vez que a “região” na realidade pode ser considerada apenas como uma “classe de área” e o território como a totalidade (somatório) dessas áreas.
- a regionalização como instrumento de ação⁶ - as questões referentes às desigualdades sociais e ao desenvolvimento econômico estimularam a formulação desta abordagem. Na realidade seu fio condutor esteve centrado em conceitos econômicos de desenvolvimento regional, o que estimulou a emergência da noção de planejamento regional como estratégia para a política de desenvolvimento econômico. Nesses termos o exercício de regionalização passou a ser considerado como um instrumento de ação, numa perspectiva mais política do que acadêmica. A “região” é concebida como “unidade espacial” demarcada a partir de atributos definidos segundo os objetivos da regionalização. E nesse contexto, o conceito de região de certo modo substitui a noção de “espaço econômico”, que por sua vez aciona noções como as de homogeneidade e funcionalidade: a região funcional é tida como a região polarizada e expressa relações entre áreas a partir de fluxos e movimentos. Aqui emergem as Regiões Econômicas como principal referência, fazendo com que qualquer espaço, independente de sua escala e de sua organização político – institucional, possa ser dividido em subespaços ou regiões a serem submetidos à intervenção das estratégias do planejamento.
- a regionalização como processo⁷ - essa abordagem, de certo modo, decorre das discussões suscitadas pela abordagem anteriormente apresentada, avançando no sentido da noção de integração espacial. Aqui as regiões são consideradas como unidades espaciais em diferentes níveis de desenvolvimento ou modernização, relacionando-se entre si no âmbito de uma totalidade. Na realidade, a relação entre regiões, como expressão do estágio de desenvolvimento, é a questão mais importante na regionalização, o que revela o privilegiamento das relações entre espaços regionais. Herdeira do funcionalismo, essa abordagem destaca as partes do todo, ou seja, as regiões, que portadoras de funções específicas (subsistemas)

4 - Vide divisões oficiais do IBGE ao longo do tempo: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste; Meio-Norte, Leste, Sul e Centro-Oeste; Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Antes dessas divisões predominaram os recortes Norte e Sul, Litoral e Sertão.

5 - Principais autores: Bunge, Grigg, Johnston e Abler, dentre outros.

6 - Principais autores : Dubey, Stohr, Pierre George, Perroux, Baudeville, Friedman, dentre outros.

7 - Principais autores : Kayser, Becker, Geiger, Faissol, dentre outros.

são determinantes para a funcionalidade da totalidade do espaço (sistema regional).

A observação de como no Brasil o planejamento e execução das principais políticas públicas acompanhou as variações metodológicas do exercício de regionalização indica momentos específicos que tendem a associar “região” a “questão regional”, mostrando como o Estado se mostrou criativo na construção de recortes espaciais, de modo geral associados à configuração de espaços de intervenção privilegiada. Nesses termos, a regionalização expressa os investimentos no sentido de propor e equacionar ações sobre porções do território demarcadas a partir de critérios geográficos, econômicos ou quaisquer outros, indicando uma percepção empírica e imediata do espaço. Além disso, a intensificação das desigualdades espaciais contribui para transformar as especificidades “regionais” em identidades de interesses diversos, conferindo sentido específico à regionalização. É nesse contexto, por exemplo, que emergiu o conceito de Nordeste, região que desde 1930 tem sido objeto de inúmeras políticas públicas e que inspirou a criação de um conjunto de órgãos de abrangência nacional, mas que atuavam diretamente na região - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), etc. Se inicialmente as instituições estatais tendiam a serem especializadas em temas (secas) ou produtos (café, açúcar, borracha, etc.), posteriormente os organismos oficiais viriam validar as regiões a partir de um modelo específico de planejamento regional: é o caso de instituições tais como a Sudene, a Suvale, a SPVEA, dentre outras, que expressam a consolidação de um padrão específico de regionalização da intervenção do Poder Central articulado com os grupos dominantes regionais. Na realidade, esse procedimento possibilita, através da negociação / articulação entre setores dominantes, com atuação regional / local e setores hegemônicos nacionais, a viabilização de instrumentos institucionais e modelos particulares de administração, gestão e intervenção territorial a partir do Governo Central. Além disso, possibilita também a reprodução de modalidades de dominação no espaço demarcado pela região.

É interessante notar que, a partir de 1970, a perspectiva da regionalização, como instrumento de ação / intervenção, é substituída pela idéia de integração espacial no sentido mais amplo. O I PND “repele a limitação regional, a curto e médio prazo, do processo econômico brasileiro” e defende que “a estratégia de desenvolvimento regional consistirá, especialmente, na política de integração no sentido mais amplo”⁸. Nesse contexto, emergem as políticas micro e mesorregionais⁹ e os pólos e programas de desenvolvimento integrado, o que instaura, sob a batuta do estado, novos recortes territoriais. E a antiga “região” vai sendo dissolvida num espaço nacional integrado e funcionalizado.

Não é nosso objetivo detalhar esse processo, mas sim, ao indicar as diferentes abordagens adotadas pelo estado brasileiro ao longo do tempo para o tratamento desta questão, chamar a atenção para a complexidade da noção de “região”. E observar que as regiões são espaços nos quais existe uma sociedade que os dirige e organiza; ou seja, a região é resultado de um complexo processo histórico de construção social no qual intervêm sincrônica e diacrônicamente as relações econômicas, políticas e simbólicas.

8 - Brasil, I Plano Nacional de Desenvolvimento – 1972-1974. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil), Brasília, 17 dezembro, 1971

9 - É desse momento a oficialização das micro e mesorregiões do IBGE.

Desse modo, para demarcá-las faz-se necessário reconhecer sua temporalidade e os principais atributos que lhes confere a identidade.

2.1.1.1 Considerações Gerais Sobre a Regionalização Baiana

Segundo levantamentos realizados pela Seplantec¹⁰, a regionalização do Estado da Bahia é composta por quatro modelos principais, perfazendo um total de 18 (dezoito) tipos diferentes de regionalizações, todas definidas por organismos públicos do Poder Executivo Estadual.

- Regiões Administrativas, criadas oficialmente em 03/12/1982, inicialmente compostas por 26 regionais, posteriormente tendo sido agregadas mais três, totalizando hoje 30 regiões, com o objetivo, como diz o próprio nome, de unificar os procedimentos territoriais da administração pública estadual.
- Regiões Econômicas, definidas extra-oficialmente em 1991, compostas por 15 regionais, com o objetivo de definir espaços territoriais homogêneos, do ponto de vista econômico, dando assim subsídios para a aplicação de políticas de desenvolvimento socioeconômico para o Estado da Bahia.
- Regionalizações independentes, adotadas por órgãos e secretarias do Poder Executivo Estadual, instituídas extra-oficialmente em tempos também distintos, constituindo 17 tipos de regionalizações, formuladas a partir de critérios próprios de cada unidade, resultando em limites territoriais e ações diferenciadas. Alguns órgãos e secretarias utilizam como base as Regiões Administrativas e as Regiões Econômicas, com adaptações nos limites, para adequar às suas necessidades.
- Eixos de Desenvolvimento da Bahia, instituídos em 1999, por ocasião da formulação do PPA 2000-2003¹¹, são compostos por oito regiões, com o objetivo de definir a estratégia de desenvolvimento para o Estado da Bahia, servindo de base para avaliar a distribuição dos recursos orçamentários, desde 1999.

Além dessas regionalizações, o Estado da Bahia também é objeto de divisão territorial por alguns organismos do Governo federal, com maior ênfase pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Microrregiões), pela antiga Sudene (Polígono das Secas, Semi-Árido, etc), pelo Ministério da Integração Nacional (Mesorregiões).

Pode-se afirmar que há regionalizações sob os mais distintos critérios, funções e finalidades, variando desde a necessidade de institucionalização de projetos isolados territorialmente - como é o caso do Projeto da bacia do Rio Gavião, da CAR, de áreas de proteção histórica do IPAC, dos centros industriais da SUDIC e de órgãos federais – passando por unidades administrativas que utilizam regionalizações diferentes para cada um dos seus projetos, como é o caso da CAR com o Projeto Produzir e os Planos de Desenvolvimento Local e Sustentável – PDRS; alcançando os organismos públicos que

10 - Estudo realizado no ano de 2000, pela Superintendência de Planejamento Estratégico da Seplantec - SPE, com o objetivo de "unificar os limites territoriais utilizados por toda as setoriais (Executivo Estadual) para efeito de administração para o Estado da Bahia".

11 - Consultar o PPA 2000-2003, publicado pelo Governo do Estado da Bahia em outubro de 1999.

definem seus próprios critérios de regionalização, como é o caso da própria SRH (Bacias Hidrográficas) e mais a EMBASA, AGERBA, EBAL, DETRAN, DERBA e SEFAZ e chegando a regionalizações gerais para o Estado, distintas para cada situação, porém oficialmente instituídas¹².

Há uma questão importante, e que está sendo trabalhada pela Seplantec, que é a impossibilidade de continuar o processo desagregado de montagem da estratégia de desenvolvimento de cada setor do Governo do estado, com base em territorialidades diferenciadas. O próprio órgão de planejamento reconhece, por um lado, a necessidade de que cada unidade administrativa tenha suas exigências para definir políticas, o que implica em uma grande dificuldade para unificar limites regionais, mas, por outro lado, também se tem consciência de que todos têm que convergir, inclusive territorialmente, para estabelecer a visão de uma estratégia de desenvolvimento para a Bahia.

Dessa maneira, oficialmente o Governo Estadual reconhece, como o tratamento territorial que melhor representa o resultado da sua estratégia de desenvolvimento, a divisão da Bahia em Eixos. Essa, conforme a sinalização exposta nos documentos oficiais citados anteriormente, é a regionalização que representa a convergência das estratégias setoriais, que unifica os propósitos das ações particulares. É, portanto, no sentido de viabilizar a estratégia de desenvolvimento estadual, no seu viés territorial, que a política dos Eixos foi apresentada e deve ser seguida. Por outro lado, a visão estratégica por Eixos veio a substituir a divisão territorial da Bahia por Regiões Econômicas, que entre os anos de 1991 e 1999 dava suporte para a montagem, aplicação e avaliação orçamentária. Isso significa dizer que, do ponto de vista do conjunto das unidades administrativas do Governo Estadual, os Eixos de Desenvolvimento se apresentam como a espacialidade capaz de agregar todas as políticas setoriais, independentemente da necessidade de que cada política setorial traga suas especificidades territoriais.

Se é reconhecido que cada política setorial tem suas especificidades e que se admite que cada política possa reconhecer suas demandas territoriais, desde que elas estejam compatibilizadas com os Eixos, é certo concluir que a SRH poderá trabalhar com a regionalização mais compatível com os seus objetivos, desde que compatibilize territorialmente os resultados das suas estratégias particulares ao conjunto das estratégias e ações para o Estado da Bahia, unificadas em torno desses Eixos de desenvolvimento.

O contexto do PERH-BA impõe à reflexão sobre a regionalização um aspecto prático e funcional, onde o objetivo é o identificar e localizar no espaço baiano as concentrações de população e as atividades econômicas consumidoras de água. O contexto econômico é aqui utilizado como o elo indispensável que permite identificar as necessidades hídricas e as evoluções esperadas.

O objetivo aqui não é debater o conceito da região e da regionalização, nem de estabelecer um novo recorte das regiões econômicas do Estado da Bahia, mas de bem compreender, sobre esse espaço, como se distribuem e se repartem os agentes econômicos (famílias, empresas, governo e outros setores não governamentais), os recursos naturais (e notadamente os recursos hídricos), onde se criam as riquezas

12 - Consultar relatório preliminar da Regionalização na Bahia, SPE,2000.

agrícolas e industriais, quais são os fluxos e as tendências que acompanham as atividades econômicas, como se realizam as trocas locais e entre os estados.

Compreender a estrutura e o funcionamento destas operações econômicas no interior do Estado da Bahia constitui uma análise da economia regional.

A economia regional não é um capítulo particular da ciência econômica. Ela aporta ademais a noção do espaço na análise econômica. Ela pode portanto utilizar as ferramentas de análise que repousam sobre :

- a macro-economia: que informa sobre a importância dos diversos componentes que dão uma imagem simplificada da estrutura e do funcionamento da economia regional e suas relações como o restante da economia;
- a micro-economia: que fornece a justificativa do comportamento dos agentes (racionalidade das combinações de fatores de produção, demanda de bens de consumo) ; e
- a meso-economia: que permite compreender as relações entre atores econômicos ligados aos atividades induzidas por um produto definido (análise da cadeia de produção/transformação/comercialização).

2.1.1.2 O Estado da Bahia e sua Caracterização Geográfica

O Estado da Bahia, com uma área de cerca de 567.295 km², correspondente a 6,6% da área territorial do Brasil e a 36,3% da área da região Nordeste, está situado entre as latitudes 8°32'00" e 18°20'45" Sul e as longitudes 37°19'39" e 46°36'59" Oeste e tem cerca de 69% de seu território pertencente à Região Semi-Árida (FNE - SUDENE, Resolução nº 1029/94). Limita-se ao Norte com os Estados de Piauí e Pernambuco; à Nordeste, com os estados de Alagoas e Sergipe; à Leste, com o Oceano Atlântico; à Oeste, com os Estados de Goiás e Tocantins e ao Sul, com os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

2.1.1.3 Bacias Hidrográficas

Com relação à gestão de recursos hídricos pode-se observar a regionalização definida pela política federal do setor, implementada pela Agência Nacional de Águas (ANA) – as Bacias Hidrográficas - e a utilizada pela Superintendência de Recursos Hídricos (SRH) – as Regiões Administrativas da Água (RAA), criadas pela Lei estadual nº 6.855 de 12.5.95.

Uma bacia hidrográfica pode ser delimitada tanto pela área de drenagem do curso d'água principal, quanto de um afluente ou subafluente. Nesses termos, a compreensão da noção de Bacia Hidrográfica passa necessariamente pelas definições a seguir apresentadas.

• Macro-Região Hidrográfica

Refere-se ao sistema estabelecido pelo extinto Departamento Nacional de Águas e



Energia Elétrica – DNAEE, que adota a área de drenagem dos grandes cursos d'água brasileiros para definir e estabelecer as macro-bacias hidrográficas e foi oficializado pelas regras definidas na Portaria de 20/04/1976 do Ministério das Minas e Energia, que regulamentou o Decreto Federal nº 77.410 de 12/04/76, dividindo o território nacional em 8 bacias hidrográficas ou regiões hidrográficas, conforme relacionado a seguir: ("Codificação dos Cursos D'água Brasileiros", DNAEE, 1987):

- Bacia 1 - Bacia do Rio Amazonas: área de drenagem compreendida pela bacia hidrográfica do Rio Amazonas;
- Bacia 2 - Bacia do Rio Tocantins: área de drenagem compreendida pela bacia hidrográfica do Rio Tocantins;
- Bacia 3 - Bacia do Atlântico Sul, Trechos Norte e Nordeste: área de drenagem dos rios que deságuam no Atlântico Sul na costa Norte-Nordeste, composta por dois trechos:
 - i) 1º trecho - Norte - correspondente à área de drenagem dos rios que deságuam no Atlântico Sul, ao norte da bacia amazônica, incluindo a bacia do Rio Oiapoque;
 - ii) 2º trecho - Nordeste - correspondente à área de drenagem dos rios que deságuam no Atlântico Sul, entre a foz do Rio Tocantins e a do Rio São Francisco;
- Bacia 4 - Bacia do Rio São Francisco: área de drenagem compreendida pela bacia hidrográfica do Rio São Francisco;
- Bacia 5 - Bacia do Atlântico Sul, Trecho Leste: área de drenagem dos rios que deságuam no Atlântico Sul entre a foz do Rio São Francisco, ao norte, e a divisa dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, ao sul.
- Bacia 6 - Bacia do Rio Paraná: área de drenagem compreendida pela bacia hidrográfica do Rio Paraná, incluindo a do Rio Paraguai;
- Bacia 7 - Bacia do Rio Uruguai: área de drenagem compreendida pela bacia hidrográfica do Rio Uruguai;
- Bacia 8 - Bacia do Atlântico Sul, Trecho Sudeste: área de drenagem dos rios que deságuam no Atlântico Sul entre a divisa dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, ao norte, e o Arroio Chuí, ao sul, incluindo a área de drenagem dos rios que deságuam na Lagoa Mirim.

O Estado da Bahia abrange 47,2% da Bacia 4 - Rio São Francisco e 45,9% da Bacia 5 - Atlântico Sul, trecho Leste.

Este recorte, atualmente, é adotado pela ANA – Agência Nacional de Águas, pelo IBGE e pela ANEEL.

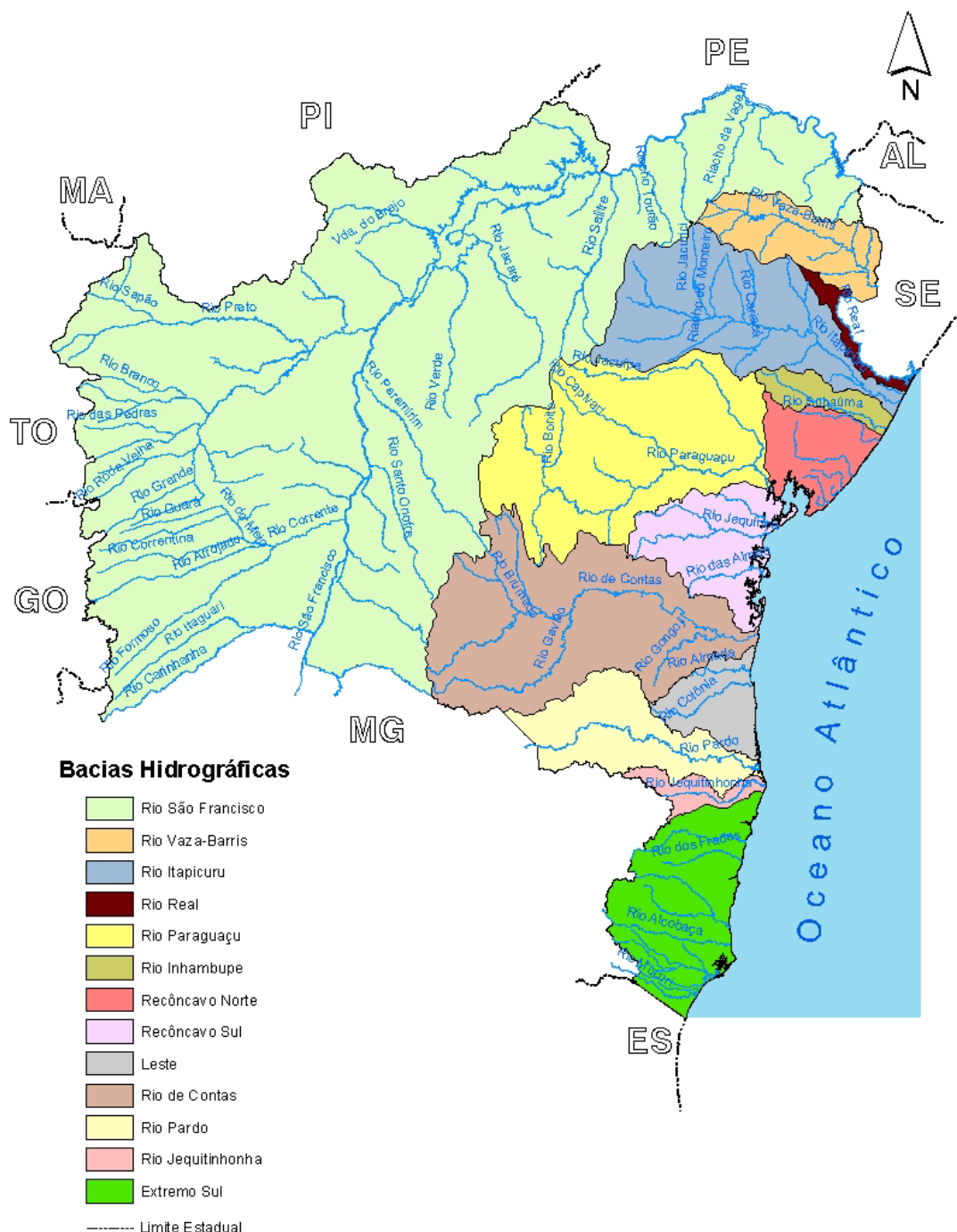


Para nortear os trabalhos de monitoramento pluviométrico e fluviométrico realizadas pela CPRM e outras entidades afins, essas regiões foram subdivididas em bacias ou partes de bacias menores. Neste caso, cada subdivisão recebeu o código "SB" (ex., SB 45 – área de drenagem compreendida entre a confluência do Rio Verde Grande, exclusive, e a confluência do Rio Corrente, inclusive; SB-54 – Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha).

- **Bacias Hidrográficas Principais**

Compreendem os territórios delimitados pelas áreas de drenagem dos principais cursos d'água e seus afluentes ou pelo conjunto de pequenas bacias hidrográficas formadores de uma região hidrográfica. No primeiro caso, correspondem, na Bahia, às áreas drenadas por rios de grande porte tais como: São Francisco, Itapicuru, Contas, Paraguaçu e outros, mas também por cursos d'água menores que deságuam diretamente no oceano, como os rios Jequiriçá, Jucuruçu, Almada e Joanes, que pertencem aos conjuntos de pequenas bacias hidrográficas denominados de Recôncavo Sul, Extremo Sul, Leste e Recôncavo Norte, respectivamente.

O Estado da Bahia encontra-se dividido em 13 bacias hidrográficas, a saber: São Francisco, Vaza-Barris, Real, Itapicuru, Inhambupe, Recôncavo Norte, Paraguaçu, Recôncavo Sul, Contas, Leste, Pardo, Jequitinhonha e Extremo Sul, cujas localizações são apresentadas no cartograma 2.1.1 e descritas a seguir.



Fonte: SEI/SEPLANTEC

Cartograma 2.1.1 - Bacias Hidrográficas



- a) **Bacia do Rio São Francisco** - atravessa seis estados do Brasil: Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, perfazendo um total de cerca de 645.067km². No Estado da Bahia, a bacia do São Francisco encontra-se delimitada entre as coordenadas de 8°30' a 15°30' de latitude Sul e 38°00' a 46°30' de longitude Oeste, drenando aproximadamente 304.421 km², abrangendo 123 municípios localizados em diferentes zonas fisiográficas do estado.
- b) **Bacia do Vaza-Barris** – compreendida entre as coordenadas de 9°30' a 10°50' Sul e 37°50' a 40°00' Oeste, esta bacia abrange uma área de aproximadamente 16.189km², inserida nos limites político-administrativos dos estados da Bahia e Sergipe. No território baiano drena uma área de 11.846 km², ocupada por 15 municípios situados no nordeste do estado.
- c) **Bacia do Rio Itapicuru** – situa-se entre as coordenadas de 9°50' e 11°50' de latitude Sul e 37°30' e 40°30' de longitude Oeste, ocupando uma área de 35.883 km², totalmente em território baiano. Drena os territórios de 55 municípios localizados na parte nordeste do estado. Esta bacia estende-se paralelamente à bacia do Rio Vaza-Barris, fato que condiciona o aparecimento de características naturais semelhantes para ambas.
- d) **Bacia do Rio Real** – situa-se entre as coordenadas de 10°40' a 11°30' de latitude Sul e 37°30' a 38°30' de longitude Oeste, ocupando uma área de 3.125 km² em território baiano. Constitui-se em uma estreita faixa que drena os 11 municípios baianos limítrofes a Sergipe. Seu curso d'água principal nasce no município de Poço Verde, no Estado de Sergipe, tomando direção sudeste, fazendo a divisa entre os estados da Bahia e Sergipe e desembocando no Oceano Atlântico.
- e) **Bacia do Rio Paraguauçu** – situa-se entre os paralelos de 11°11' a 13°42' Sul e os meridianos de 38°48' a 42°07' Oeste, sendo considerada como a mais importante bacia hidrográfica localizada inteiramente em território baiano. Abrange uma área de aproximadamente 54.873 km², ocupada por 79 municípios da região centro-leste do estado.
- f) **Bacia do Rio Inhambupe** – localizada entre 11°40' a 12°10' de latitude Sul e 37°30' a 39°00' de longitude Oeste, esta bacia compreende uma área de aproximadamente 6.875 km² e drena 13 municípios exclusivamente baianos.
- g) **Bacia do Recôncavo Norte** – situada entre as coordenadas de 12°00' a 13°00' da latitude Sul e 37°30' a 39°10' de longitude Oeste, este conjunto de pequenas bacias, onde se destacam as bacias dos rios Subaúma, Sauípe, Pojuca, Joanes, Subaé e Açu, possui uma área total de 7.600 km², abrangendo 40 municípios, dos quais 10 pertencem à Região Metropolitana de Salvador.
- h) **Bacia do Recôncavo Sul** – integram este sistema hidrográfico as sub-bacias dos rios Jaguaribe, Jiquiriçá, Jequié e outros de pequena expressão como o Una, o Acarai e o Orojá. Ocupa uma área de cerca de 14.850 km², situada entre as coordenadas 12°40' e 14°20' de latitude Sul e 38°55' e 40°20' de longitude Oeste, abrangendo o território de 51 municípios.

- i) **Bacia do Rio de Contas** – inserida totalmente no Estado da Bahia, a bacia do Rio de Contas ocupa uma área de 55.334 km² e está localizada entre as coordenadas de 12°55' a 15°10' de latitude Sul e 39°00' a 42°35' de longitude Oeste, drenando 87 municípios baianos.
- j) **Bacia do Rio Pardo** – se desenvolve pelos estados de Minas Gerais e Bahia, perfazendo uma superfície total de 33.070 km², com 20.107 km² situados em território baiano, correspondendo às coordenadas de 14°40' a 15°50' de latitude Sul e 38°50' a 41°50' de longitude Oeste, drenando 27 municípios do sudeste do estado.
- k) **Bacia Leste** – o sistema hidrográfico do leste situa-se entre as coordenadas de 14°30' a 15°30' de latitude Sul e 39°00' a 40°00' de longitude Oeste, compreendendo as sub-bacias dos rios Almada, Colônia, Mamão, Maruim, São Pedro e Doce. Ocupa uma área de aproximadamente 7.500 km², drenando 23 municípios baianos.
- l) **Bacia do Rio Jequitinhonha** – atravessa os estados de Minas Gerais e Bahia, perfazendo uma superfície total de 67.789 km², dos quais 2.836 km² se encontram em território baiano. Esta bacia está localizada entre os paralelos de 15°50' e 16°00' de latitude Sul e 38°52' e 40°30' de longitude Oeste, drenando, no Estado da Bahia, a área de 5 municípios.
- m) **Bacia do Extremo Sul** – posicionada entre as coordenadas de 16°00' e 18°30' de latitude Sul e 39°00' e 40°40' de longitude Oeste, este sistema hidrográfico inclui algumas sub-bacias com nascentes no Estado de Minas Gerais, como as sub-bacias dos rios Buranhém, Jucurucu, Itanhém ou Alcobaca e Mucuri, perfazendo em território baiano uma área total de 23.750 km², que abrange 20 municípios.

• Sub-bacias Hidrográficas dos Afluentes de 1ª Ordem

Correspondem aos territórios delimitados pelas áreas de drenagem dos principais afluentes dos cursos d'água definidores das Bacias Hidrográficas Principais.

Com base nestas noções e considerando a vasta extensão territorial de algumas bacias hidrográficas, objeto deste estudo, bem como a importância de se destacar suas especificidades internas, impôs-se a necessidade de definir unidades territoriais menores, que servirão de referência para a realização do planejamento dos recursos hídricos.

É o caso, por exemplo, da bacia do Rio São Francisco, de vasta extensão territorial, que para facilidade de estudo e gestão dos seus recursos hídricos foi subdividida em unidades territoriais menores, como as sub-bacias dos rios Grande, Corrente e Carinhonha, entre outras.

2.1.1.4 Regiões Administrativas da Água

O sistema de gestão federal fundamenta-se na noção mais geral do gerenciamento dos recursos hídricos, que introduz a bacia hidrográfica como a unidade territorial básica para a gestão. No caso do sistema estadual procurou-se um outro recorte do espaço hidrográfico.

O recorte espacial adotado pelos estados, em seus respectivos sistemas de gerenciamento dos recursos hídricos, de um modo geral, é definido a partir de critérios que buscam considerar a relevância ecológica, a qualidade da água, os diferentes usos da água e outros. Em geral, estas áreas mantêm estreita relação territorial com o sistema federal adotado pela FIBGE e ANEEL.

No Estado da Bahia, tendo em vista a gestão dos recursos hídricos, foram instituídas, pela Lei nº 6.855, de 12.5.95, dez Regiões Administrativas da Água (RAA), que correspondem a sub-bacias, a bacias principais ou conjunto de pequenas bacias, como descrito a seguir:

- I. **RAA do Extremo Sul** - localizada na região sul do Estado da Bahia, entre as coordenadas geográficas de 14°18'09" e 18°20'53" de latitude Sul e 38°51'11" e 41°40'13" de longitude Oeste, esta RAA compreende todas as bacias hidrográficas do extremo sul do Estado, abaixo da Bacia do Rio de Contas. Abrange uma área geográfica de 61.052 km², equivalente a cerca de 10,8% do território estadual;
- II. **RAA da Bacia de Contas e Recôncavo Sul** - localizada na região Centro-Leste do estado, abrangendo as bacias do Rio de Contas e dos rios que deságuam no litoral ao sul da baía de Todos os Santos e a norte da foz do Rio de Contas, esta RAA se encontra entre as coordenadas 12°39'23" e 15°11'57" de latitude Sul e 38°43'18" e 42°34'54" de longitude Oeste, abrangendo uma área de 73.046 km², equivalente a cerca de 12,9% do Estado da Bahia;
- III. **RAA da Bacia do Rio Paraguaçu e Grande Salvador** - formada pela própria bacia do Rio Paraguaçu, as bacias dos rios que deságuam na região do Recôncavo Norte e mais a Bacia do Inhambupe, esta RAA se encontra localizada entre as coordenadas 11°56'31" e 12°39'23" de latitude Sul e 37°37'45" e 42°01'23" de longitude Oeste, abrangendo uma área de 71.479 km², correspondente a cerca de 12,6% do território baiano;
- IV. **RAA das Bacias dos Rios Vaza-Barris, Itapicuru e Real** - localizada na região Nordeste do estado, abrangendo as bacias dos rios Vaza-Barris, Itapicuru e Real, esta RAA se encontra entre as coordenadas 9°35'37" e 11°56'31" de latitude Sul e 37°20'50" e 40°50'00" de longitude Oeste, abrangendo uma área de 53.452 km², equivalente a cerca de 9,4% do Estado da Bahia;
- V. **RAA das Bacias do Submédio São Francisco** - localizada na parte Norte do estado, entre as coordenadas 08°31'28" e 11°27'27" de latitude Sul e 37°59'18" e 41°27'38" de longitude Oeste, esta RAA corresponde às bacias dos afluentes ao Rio São Francisco, contribuintes pela margem direita, situados a jusante do reservatório

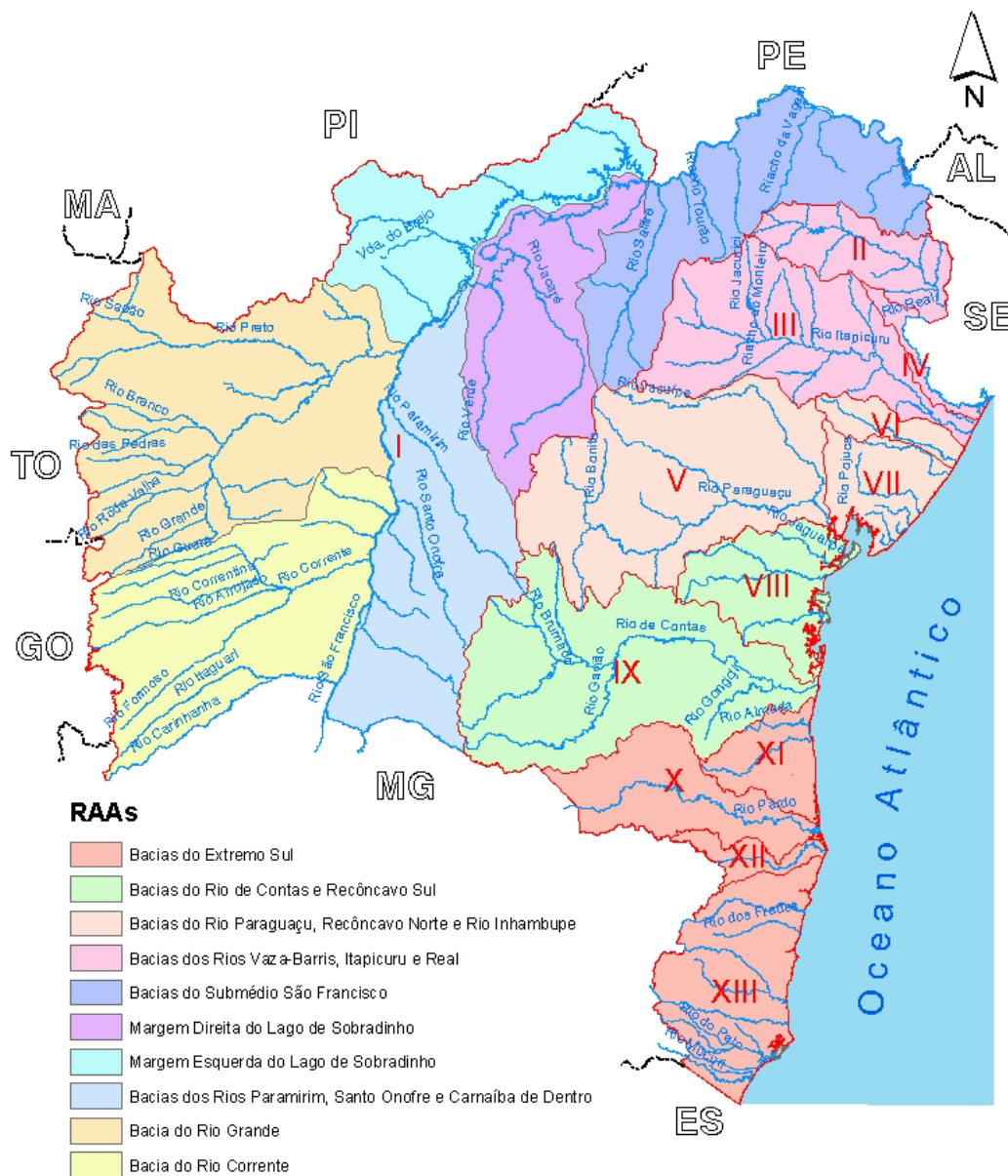
de Sobradinho, destacando-se a sub-bacia do Rio Salitre, e ocupa uma área de 43.405 km², equivalente a cerca de 7,7% do Estado da Bahia;

- VI. **RAA da Margem Direita do Lago de Sobradinho** - localizada a sudeste do Lago de Sobradinho, entre as coordenadas 09°20'18" e 12°31'53" de latitude Sul e 40°43'04" e 42°35'08" de longitude Oeste, esta RAA corresponde às bacias dos afluentes ao Rio São Francisco, contribuintes pela margem direita, situados à margem do reservatório de Sobradinho, destacando-se as bacias dos rios Verde e Jacaré, e ocupa uma área de 37.806 km², equivalente a cerca de 6,7% do Estado da Bahia;
- VII. **RAA da Margem Esquerda do Lago de Sobradinho** - localizada na parte noroeste do estado, entre as coordenadas 08°41'59" e 11°03'15" de latitude Sul e 40°40'19" e 43°55'04" de longitude Oeste, esta RAA corresponde às pequenas sub-bacias dos afluentes ao Rio São Francisco, contribuintes pela margem esquerda, situados a jusante da confluência do Rio Grande e à margem do reservatório de Sobradinho, destacando-se a bacia do Rio Pimenteiras, ocupando uma área de cerca de 33.594 km², equivalente a 5,9% do Estado da Bahia;
- VIII. **RAA da Bacia dos Rios Paramirim, Carnaíba de Dentro e Santo Onofre** - localizada na região central do estado, entre as coordenadas 10°16'26" e 14°59'24" de latitude Sul e 41°52'25" e 43°53'01" de longitude Oeste, esta RAA corresponde às bacias dos afluentes pela margem direita ao Rio São Francisco, no seu trecho médio, destacando-se as bacias dos rios Paramirim, Carnaíba de Dentro, Santo Onofre e ocupa uma área de cerca de 52.916 km², equivalente a 9,3% do Estado da Bahia;
- IX. **RAA da Bacia do Rio Grande** - limitada ao norte pelo Estado do Piauí e ao sul pela bacia do Rio Corrente, esta RAA encontra-se localizada na parte oeste do estado, entre as coordenadas 10°06'25" e 13°20'15" de latitude Sul e 43°07'26" e 46°36'42" de longitude Oeste, e abrange, além da sub-bacia do Rio Grande, as sub-bacias dos pequenos afluentes ao Rio São Francisco pela margem esquerda, localizados entre a foz do riacho Brejo Velho e a do Rio Grande, e ocupa uma área de cerca de 82.917 km², equivalente a 14,6% do Estado da Bahia;
- X. **RAA da Bacia do Rio Corrente** - localizada na parte oeste do estado, entre as coordenadas 12°14'32" e 15°15'50" de latitude Sul e 43°11'24" e 46°17'15" de longitude Oeste, esta RAA é limitada ao norte pela bacia do Rio Grande e ao sul pelo Estado de Minas Gerais correspondendo às bacias dos afluentes ao Rio São Francisco, rios Corrente e Carinhonha, e ocupa uma área de cerca de 57.344 km², equivalente a 10,1% do Estado da Bahia.

Observa-se, como dito anteriormente, que o recorte adotado pelo governo estadual mantém estreita relação conceitual com o sistema federal, embora para facilidade de gestão tenha dividido a bacia do Rio São Francisco, utilizando a subdivisão geográfica nas sub-bacias de 1ª ordem, em 6 Regiões Administrativas da Água - RAA, como se pode observar no cartograma 2.1.2.

O quadro 2.1.1 mostra a relação entre esses diferentes recortes geográficos.





Cartograma 2.1.2 - Bacias Hidrográficas e Regiões Administrativas da Água

Quadro 2.1.1 – Recortes Hidrográficos de Gestão dos Recursos Hídricos

Macro-Região Hidrográfica	Recorte Hidrográfico da ANEEL	Bacia Hidrográfica Principal	Sub-bacia de Afluente de 1ª Ordem	Recorte Estadual
Bacia do Rio São Francisco	SB 40	Rio São Francisco	Rio Salitre	RAA 5 – das Bacias do Sub-Médio São Francisco
			Rio Verde	RAA 6 – da Margem Direita do Lago de Sobradinho
			Rio Pimenteira	RAA 7 – da Margem Esquerda do Lago de Sobradinho
			Rio Paramirim Rio Santo Onofre Rio Carnaíba de Dentro	RAA 8 – das Bacias dos rios Paramirim, Santo Onofre e Carnaíba de Dentro
			Rio Grande	RAA 9 – da Bacia do Rio Grande
			Rio Corrente	RAA 10 – da Bacia do Rio Corrente
Atlântico Leste	SB 50	Rio Vaza-Barris *	Rio Vaza-Barris *	RAA 4 - das Bacias dos rios Vaza-Barris, Itapicuru e Real
		Rio Real *	Rio Real *	
		Rio Itapicuru	Rio Itapicuru	
	SB 51	Rio Paraguaçu	Rio Paraguaçu	RAA 3 - das Bacias do Rio Paraguaçu e Grande Salvador
		Rio Inhambupe	Rio Inhambupe	
		Recôncavo Norte	Rio Pojuca Rio Jacuípe	
	SB 52	Recôncavo Sul	Rio Jaguaribe Rio Jequiriçá Rio das Almas	RAA 2 – da Bacia do Rio de Contas e Recôncavo Sul
		Rio de Contas	Rio de Contas	
	SB 53	Leste	Rio Cachoeira/ Almada Rio Uma	RAA 1 – do Extremo Sul
	SB 54	Rio Pardo	Rio Pardo (*)	
		Rio Jequitinhonha	Rio Jequitinhonha (*)	
	SB 55	Extremo Sul	Rio Buranhém (*)	
			Rio Jucuruçu (*)	
			Rio Itanhém (*)	
			Rio Peruípe	
			Rio Mucuri (*)	

(*) – Rios de domínio federal.

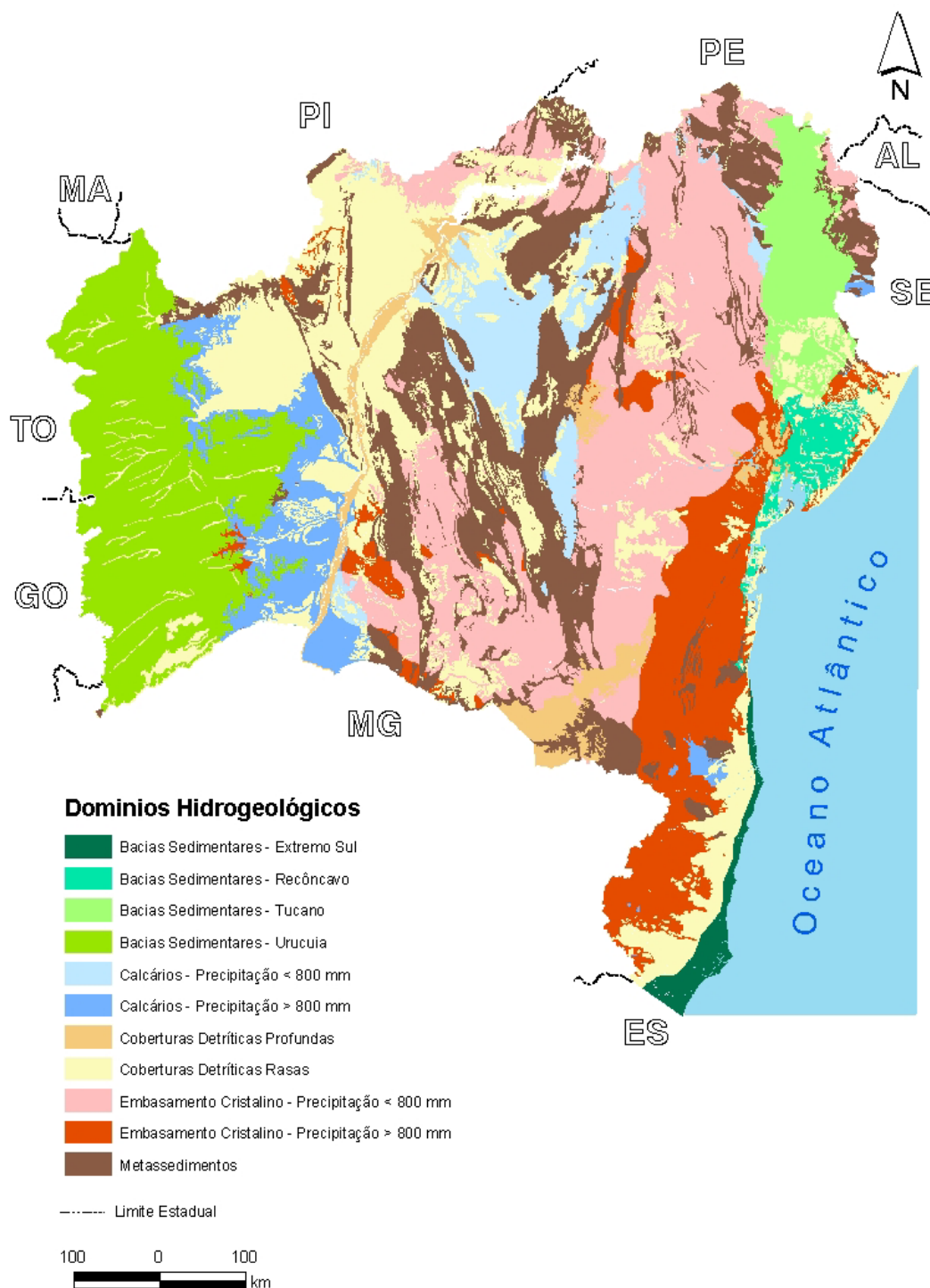
2.1.1.5 Domínios Aquíferos

Geologicamente o Estado da Bahia, com seus 567.295 Km² de área territorial, é constituído por terrenos Sedimentares, Metassedimentares, Cársticos e de Embasamento Cristalino, submetidos a condições climáticas variáveis, com precipitações médias anuais variando dos 300 a 2.700 mm/anuais. Considerando-se a subordinação das águas subterrâneas, em termos de potencial e qualidade, às condições geológicas e climáticas reinantes em uma região, adotou-se como princípio metodológico, na regionalização e diagnóstico dos recursos hídricos subterrâneos no Estado da Bahia, a sua subdivisão em Domínios Hidrogeológicos Homogêneos. Logicamente que estes domínios, assim concebidos, não se agrupam geograficamente em áreas contínuas, e sim de forma descontínua. Para efeito de regionalização, as áreas de características semelhantes foram somadas e agrupadas em um mesmo Domínio. Desta forma, independente da bacia hidrográfica ou geológica a que pertença cada domínio, foram estabelecidos, para o Estado da Bahia, cinco grandes Domínios Aquíferos e dez subdomínios, como mostrado no cartograma de Domínios Hidrogeológicos Homogêneos (cartograma 2.1.3) e discriminado a seguir:



- Domínio Aquífero das Coberturas Detríticas (I)
 - Subdomínio Coberturas Profundas e Formação Vazantes (I (a))
 - Subdomínio Coberturas Rasas (I (b))
- Domínio Aquífero das Bacias Sedimentares (II)
 - Subdomínio Bacia do Urucuia (II(a))
 - Subdomínio Bacia do Extremo Sul (II (b))
 - Subdomínio Bacia do Recôncavo (II (c))
 - Subdomínio Bacia do Tucano (II (d))
- Domínio Aquífero dos Calcários (III)
 - Subdomínio Precipitações < 800 mm/ano (III (a))
 - Subdomínio Precipitações > 800 mm/ano (III (b))
- Domínio Aquífero dos Metassedimentos (IV)
- Domínio Aquífero Cristalino (V)
 - Subdomínio Precipitações < 800 mm/ano (V (a))
 - Subdomínio Precipitações > 800 mm/ano (V (b))

I – Domínio Aquífero das Coberturas Detríticas – Essas coberturas, que ocupam cerca de 15,6% da área do estado, se dividem em Profundas e Rasas. As chamadas coberturas profundas, juntamente com a Formação Vazantes, constituem o subdomínio I(a) e acham-se disseminadas por várias regiões do estado, recobrendo uma superfície de cerca de 14.717 km². As coberturas rasas, que constituem o subdomínio I(b), ocupam uma extensa área do Estado da Bahia, cerca de 73.556 km², que se encontra coberta por depósitos detríticos vários como areias de dunas e aluviões.



Cartograma 2.1.3 - Domínios Hidrogeológicos Homogêneos

II Domínio Aquífero das Bacias Sedimentares - O Domínio das Bacias Sedimentares ocupa uma área de aproximadamente 115.081 km², 20,3% da área do Estado da Bahia. Encontra-se subdividido em quatro subdomínios, a saber: os subdomínios das bacias sedimentares do Urucuia, do Extremo Sul, do Tucano e do Recôncavo.

- A Bacia Sedimentar do Urucuia – subdomínio II (a) - com seus 80.000 km² de área, forma em superfície um grande chapadão, suavemente inclinado, da divisa do Estado da Bahia com Goiás e Tocantins em direção ao Rio São Francisco.
- A Bacia Sedimentar do Extremo Sul da Bahia – subdomínio II(b) - com seus 5.206 km² de área ocupa uma estreita faixa litorânea desde Ilhéus até o município de Prado, onde se alarga gradativamente até à divisa com o Espírito Santo.
- A Bacia Sedimentar do Recôncavo – subdomínio II (c) - com cerca de 10.500 km² de área, tem como aquíferos significativos os arenitos da Formação Sergi em sua base e o chamado Sistema Aquífero Superior, representado pela seqüência das formações São Sebastião/Marizal. Ocupa grande parte das bacias do Recôncavo Norte.
- A Bacia Sedimentar de Tucano – subdomínio II (d) - com cerca de 30.000 km² de área, é subdividida em 3 sub-bacias distintas: Tucano Sul, Tucano Central e Tucano Norte. Está totalmente inserida na Região Nordeste do Estado da Bahia, sob regime climático semi-árido e pobre em recursos hídricos superficiais.

III Domínio Aquífero dos Calcários - Recobrimo aproximadamente 13,7 % da área do Estado da Bahia, os calcários formam os aquíferos cársticos ou cárstico/fissurais. São representados no estado pelas rochas carbonatadas do Grupo Bambuí, que ocorrem predominantemente na Bacia do São Francisco, nas regiões da Chapada de Irecê, vale do Rio Salitre, vale do Iuiú e Oeste do São Francisco.

As áreas de ocorrência do Bambuí, no Estado da Bahia, que se encontram subordinadas a um regime pluviométrico com precipitações abaixo de 800 mm/ano constituem o subdomínio III (a) e encontram-se localizadas na Chapada de Irecê e no Vale do Rio Salitre, ocupando uma superfície de aproximadamente 23.391 km², correspondente a 30% da área do Domínio Calcário, ou 4 % da área do Estado da Bahia.

As áreas subordinadas a um regime pluviométrico com precipitações acima de 800 mm/ano, situadas no Oeste do São Francisco e em outras áreas menores situadas na Chapada Diamantina, constituem o subdomínio III (b) e ocupam uma superfície total de 54.532 km², correspondente a 69,9 % da área do Domínio Calcário.

IV Domínio Aquífero dos Metassedimentos - Ocupando uma área de aproximadamente 84.330 km², cerca de 14,9 % da área do Estado da Bahia, os Metassedimentos formam aquíferos fissurais livres, rasos e de baixa capacidade de armazenamento, que tem sua área de maior representatividade situada na Chapada Diamantina. A maior parte deste Domínio se insere em áreas de precipitações pluviométricas acima de 800mm/ano.



V Domínio Aquífero do Cristalino - Como ocorre no Nordeste Brasileiro, a maior parte do Estado da Bahia, 50% aproximadamente, repousa sobre rochas do Embasamento Cristalino, composto essencialmente por granitos, gnaisses, migmatitos, granulitos, etc., formando aquíferos de natureza fissural. Este domínio aquífero ocupa a maior área do estado, com 201.688 km², representando 35,5% da área do Estado da Bahia. Neste, se situa a maior parte do semi-árido baiano, representando a área mais crítica do Estado em termos de carências hídricas. Como este Domínio ocupa uma extensa área do território baiano, em diferentes situações climáticas, variando do clima úmido ao extremamente seco, estabeleceu-se para este uma subdivisão em dois subdomínios distintos, tomando-se como base a isoietas de 800 mm/ano. Assim, teremos um subdomínio I (a), com precipitações abaixo dos 800 mm/ano, e o subdomínio I (b), com precipitações acima de 800 mm/ano, conforme mostrado no mapa dos Domínios Hidrogeológicos Homogêneos.

O Subdomínio I (a) representa o embasamento cristalino do semi-árido e ocupa a maior área do Domínio Fissural, 125.514 km², 62,23 % da área do Domínio, ou 22,12 % da área do Estado da Bahia.

O Subdomínio Fissural, I (b) representa o embasamento cristalino das regiões úmidas e ocupa uma área de aproximadamente 76.174 km², representando 37,76% da área total do Domínio Fissural, tendo sua representatividade maior na zona litorânea do estado.

2.1.1.6 Regiões Naturais

O Estado da Bahia apresenta um extenso território de grande variabilidade e complexidade em termos de recursos naturais. Os contextos existentes resultam das interações de suas variadas feições geológicas; morfológicas; climáticas, onde se destaca a variabilidade das chuvas, ligadas principalmente à circulação atmosférica e à disposição do relevo; edáficas e de cobertura vegetal, afetando diretamente a disponibilidade dos recursos hídricos.

A análise dos potenciais hídricos do estado, em princípio, pode ser feita dividindo-se o território estadual em quatro regiões naturais principais: os Cerrados, o Semi-Árido, as Serras e Chapadas e a Mata Atlântica.

A **Região dos Cerrados** desenvolve-se a oeste do Rio São Francisco, abrangendo as sub-bacias dos rios Grande, Corrente e Carinhanha, ocupando uma área de aproximadamente 148.692 Km², correspondente a cerca de 26,4 % do território estadual. Compreende duas sub-regiões principais:

- a sub-região dos Tabuleiros Sedimentares do Urucuia, mais a oeste, onde predomina um pacote de depósitos permeáveis, constituído por uma sequência alternada de camadas arenosas e silte argilosas, formado no Cretáceo Superior que, sujeito a um regime de chuvas abundantes, resulta na formação de um aquífero que encerra as maiores reservas de água subterrânea do estado.
- a sub-região dos Contrafortes Leste, situada imediatamente a leste dos Tabuleiros do Urucuia, constitui uma região de transição destes tabuleiros para a região rebaixada da Plataforma Sanfranciscana, é formada por rochas



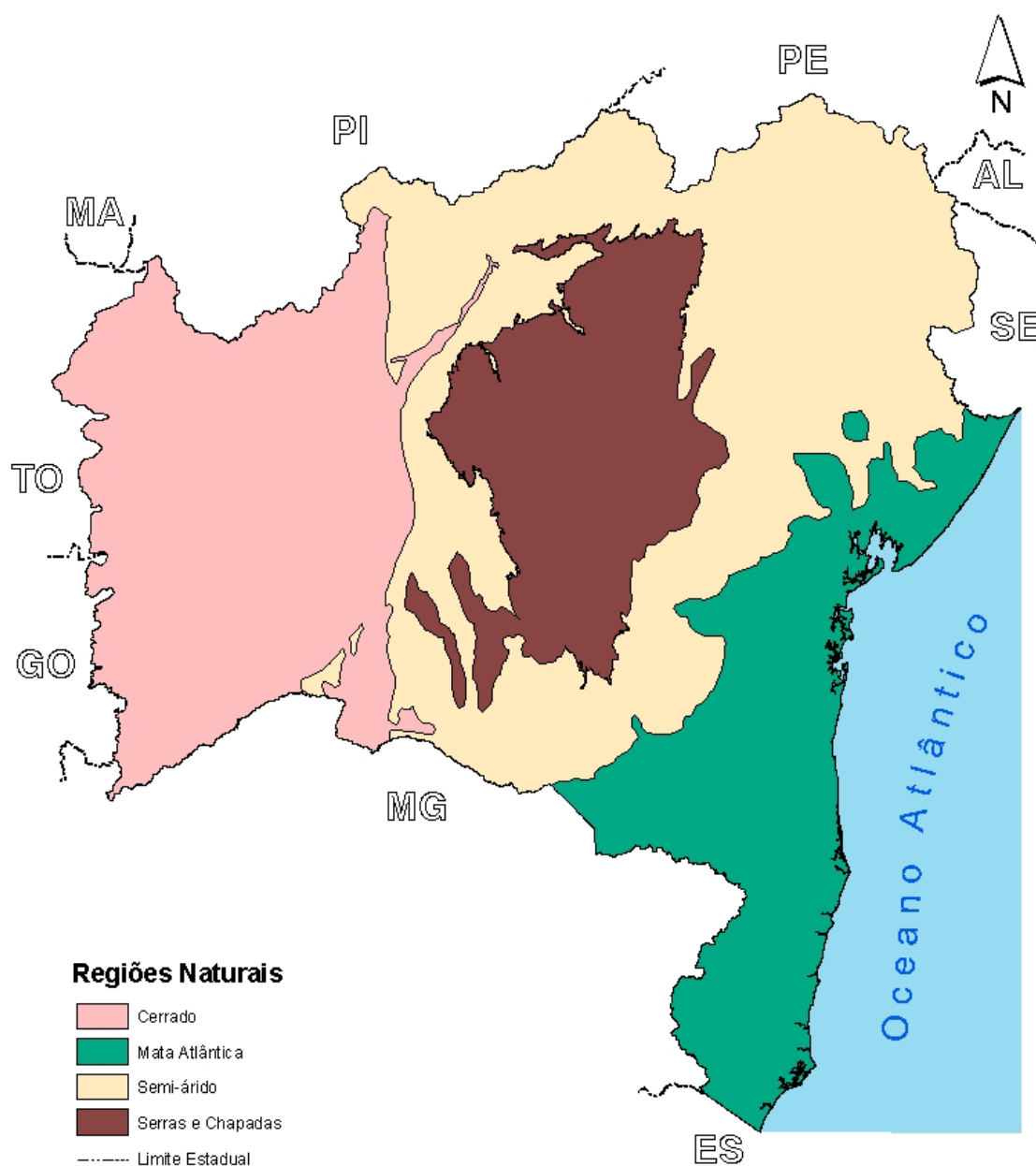
pelíticas/carbonáticas e cristalinas de permeabilidade fissural predominante e guarda identidade e grande influência com a região do Semi-Árido.

A **Região do Semi-Árido** – ocupando uma área de 214.736 km², ou seja, cerca de 38,0 % do Estado, é a maior região natural do estado. É caracterizada pela ocorrência de um substrato rochoso impermeável de idade pré-cambriana – o embasamento cristalino - e por um regime pluviométrico irregular e de baixa precipitação, o que acarreta numa fraca acumulação de água subterrânea e na existência de uma rede de drenagem pobre, caracterizada por cursos d'água intermitentes.

A **Região das Serras e Chapadas** – esta região, situada no centro do Estado da Bahia, ocupando uma área de 90.238 km², correspondente a cerca de 16,0 % do território baiano, é formada pelas Coberturas Dobradas de Plataforma – Serra do Espinhaço, Chapada Diamantina, constituídas pelos metassedimentos de idade Pré-Cambriana Superior, e pelo Platô Calcário de Irecê. Apresenta clima mais ameno, precipitações entre 800 e 1000mm anuais e condições geológicas favoráveis. Nessa região encontram-se as nascentes dos rios Paraguaçu, Contas, Verde e Jacaré, entre outros de menor porte.

A **Região da Mata Atlântica** – ocupando a faixa litorânea do estado, que se estende da fronteira com o Estado de Sergipe, ao norte, até o extremo sul, na divisa com o Estado do Espírito Santo, essa região é formada por sedimentos arenosos da idade terciária-quaternária, constituindo estreitas planícies que se alargam na foz dos grandes rios, por tabuleiros sedimentares do Grupo Barreiras e por topos aplainados sobrepondo formações cristalinas e/ou cretáceas. Caracterizada por um regime pluviométrico abundante e regular, com totais anuais que atingem mais de 2.000mm, em muitos trechos, essa região apresenta cursos d'água perenes, porém fortemente pressionados pela ação antrópica resultante da grande concentração populacional. Essa região abrange uma área de 110.709 km², correspondente a cerca de 19,6% do território estadual.

O cartograma 2.1.4 apresenta a divisão do estado nessas quatro regiões naturais.



100 0 100
km

Fonte: IBAMA

Cartograma 2.1.4 - Regiões Naturais

2.1.1.7 Ecorregiões

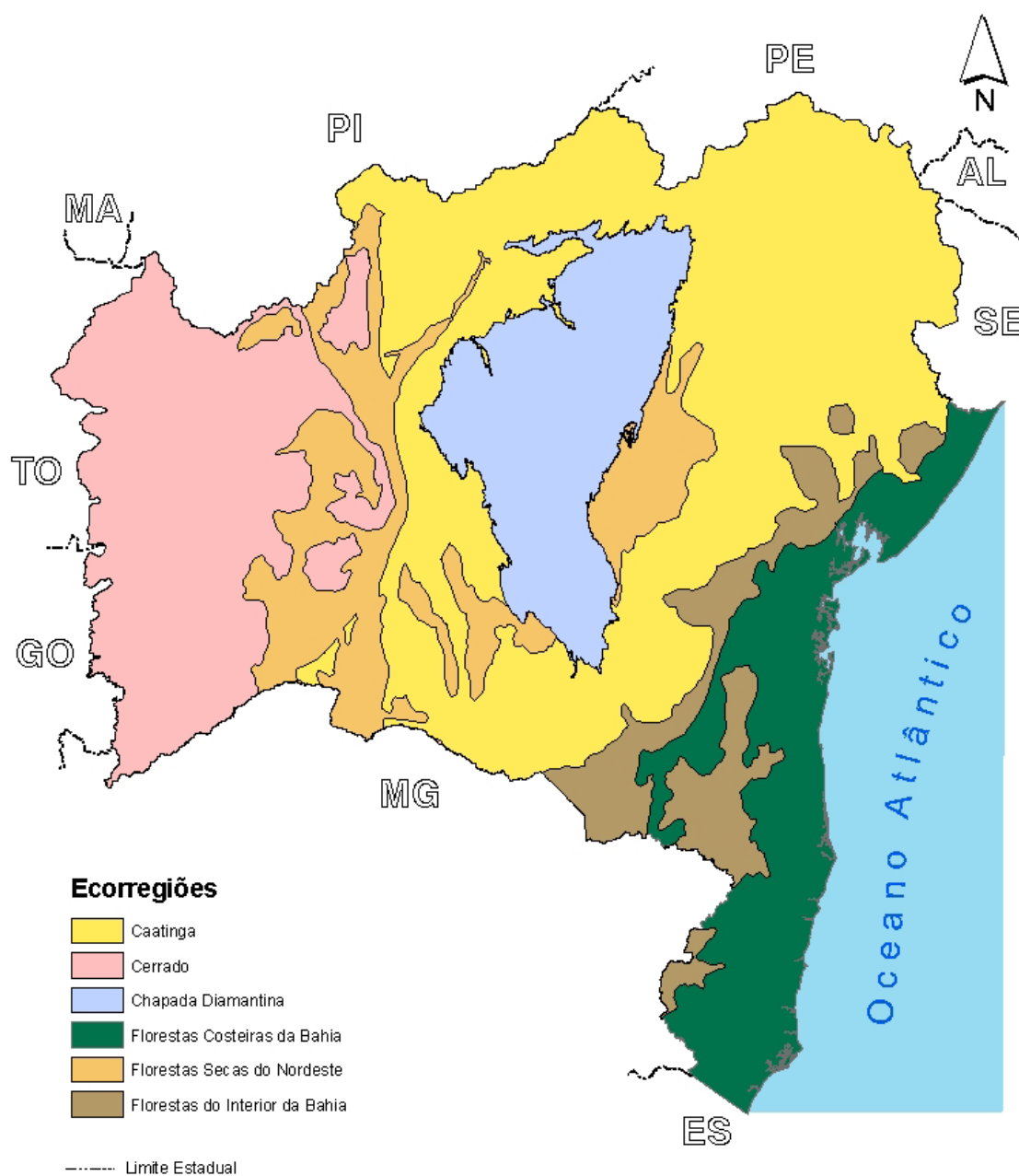
Entende-se por ecorregião ao conjunto de comunidades naturais, geograficamente distintas, que compartilham a maioria de suas espécies, de dinâmicas, processos ecológicos e condições ambientais similares, fatores críticos para a manutenção de sua viabilidade à longo prazo (Dinnestein, 1995, citado por WWF, 1999). Cada ecorregião possui uma vegetação típica, permitindo um perfeito enquadramento dentro do estudo de componentes da flora e, posteriormente, no diagnóstico da bacia hidrográfica.

A aplicação do conceito de ecorregiões, para estudo dos recursos hídricos do Estado da Bahia, permite uma visão espacial de ambientes físicos e bióticos que compõem as bacias hidrográficas. A estratificação dos seus territórios em regiões homogêneas, associando aspectos bióticos (flora e fauna), características de relevo, geologia, tipos de solos, atividades econômicas e, também, impactos ambientais existentes (atividades antrópicas), permite o estudo das características de cada área de uma forma mais integrada.

O mapa de ecorregiões do World Wild Life Foundation - WWF (1999) reapresenta a natureza do Brasil com maior nível de detalhamento que o mapa de biomas. Assim, os sete (7) biomas tradicionais são desdobrados em 46 ecorregiões e 3 zonas de transição (ecótonos), levando em conta dados atualizados de múltiplos componentes, tais como a fauna, flora, composição do solo e do subsolo, altitude, regime de chuvas, divisão dos rios, marés, dentre outros. O conceito ecorregional proposto pelo WWF foi oficialmente adotado pelo IBAMA e poderá servir de base para diagnosticar mais detalhadamente o estado de conservação de cada bioma, como também para selecionar as áreas prioritárias para a criação e implementação de parques e reservas ecológicas que sejam representativas de cada ecorregião.

Para os estudos relativos às vegetações, foram consideradas para o Estado da Bahia, neste trabalho, seis (6) ecorregiões, quais sejam: Florestas Costeiras da Bahia, Florestas do Interior da Bahia, Florestas Secas do Nordeste, Caatinga, Cerrado e Chapada Diamantina. Esta última ecorregião foi incluída devido às suas peculiaridades ambientais e sua vegetação, apresentando-se como um mosaico representativo de diferentes ambientes (caatinga, cerrado, floresta estacional, campos de altitude e floresta atlântica). O cartograma 2.1.5 mostra a área do território baiano abrangida por cada uma das seis ecorregiões.

Com referência ao estudo da flora, a visão espacial proporcionada pela divisão do Estado da Bahia em seis ecorregiões distintas possibilita uma melhor compreensão do território no que se refere a aspectos da vegetação e de impactos sobre este componente biótico. Existe uma estreita correlação entre as ecorregiões e a classificação de vegetação oficial brasileira (IBGE, 1992), permitindo uma perfeita identidade entre elas nesta classificação.



Cartograma 2.1.5 - Ecorregiões

Quadro 2.1.2 – Relação Entre Ecorregiões e Tipos de Vegetação Existentes no Estado da Bahia - (IBGE, 1992).

Ecorregião	Tipologia Vegetal Dominante
Florestas Costeiras da Bahia	Floresta Ombrófila Densa
Florestas do Interior da Bahia	Floresta Estacional Semi-Decidual
Florestas Secas do Nordeste	Floresta Estacional Decidual
Caatinga	Savana Estépica
Cerrado	Savana
Chapada Diamantina	Campos rupestres

- **Florestas Costeiras da Bahia** - Esta ecorregião corresponde à tipologia vegetal denominada Floresta Ombrófila Densa. Este termo, criado por Ellemberg & Mueller-Dombois (1965/6), caracteriza uma vegetação que está presa a fatores climáticos tropicais de elevada temperatura (médias de 25°C) e precipitação pluviométrica alta e bem distribuída durante o ano (0 a 60 dias secos), o que determina um ambiente bioecológico praticamente sem período seco (IBGE, 1992). Dominam, no ambiente desta floresta, os latossolos e argissolos (podzólicos) com características distróficas e raramente eutróficas. Esta vegetação ocorre em, praticamente, toda região litorânea do Estado da Bahia.

Esta ecorregião está inserida em um dos biomas mais ricos do planeta, a mata atlântica, que, no sul da Bahia, era denominada de "Hiléia Baiana" por sua expressiva biodiversidade, mesclando espécies amazônicas com espécies da mata atlântica, mantendo em sua forma primária uma altura de dossel superior a 35 metros, justificando a criação desta ecorregião.

Nesta ecorregião estão enquadradas, praticamente em sua totalidade, todas as bacias hidrográficas do extremo sul da Bahia, assim como os trechos finais (litorâneos) de grandes bacias do Estado da Bahia, como por exemplo os rios Jequitinhonha, Pardo, Contas, Paraguaçu e Itapicuru.

Dentro desta ecorregião, identificam-se as seguintes formações (IBGE, 1992):

- **Floresta Ombrófila Densa Aluvial** – Trata-se de uma formação ribeirinha ou "floresta ciliar" que ocorre ao longo dos cursos de água, ocupando terraços antigos de planícies quaternárias. A área de ocorrência desta formação está associada a solos com alta umidade;
- **Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas** – É uma formação que ocupa, em geral, as planícies costeiras, capeadas por tabuleiros plioleustocênicos do Grupo Barreiras. Ocorre desde a Amazônia, estendendo-se através de todo o Nordeste, até as proximidades do Rio São João, no Estado do Rio de Janeiro. Povoada, praticamente, toda a costa da Bahia (região das planícies costeiras);
- **Floresta Ombrófila Densa Sub-Montana** - O dissecamento do relevo montanhoso e dos planaltos, com solos medianamente profundos, é ocupado por uma formação florestal que apresenta os fanerófitos, com alturas aproximadamente uniformes. O sub-bosque apresenta boa regeneração natural com presença de palmeiras de pequeno porte e muitas lianas (cipós). É uma

formação de alto porte, traduzido pela qualidade do sítio. Na Bahia, grande parte das áreas de cabruca (plantio de cacau dentro da floresta atlântica raleada/desbastada), ocorrentes em solos eutróficos, principalmente na região sul e baixo sul do estado, está em áreas antes ocupadas por esta formação;

- **Floresta Ombrófila Densa Montana** – O alto dos planaltos e das serras situados entre 600 e 2.000 m de altitude é ocupado por esta formação florestal.

Dentre os ecossistemas associados aos recursos hídricos desta ecorregião, citam-se como de grande importância as mussunungas (sempre associadas às nascentes de cursos d'água), brejos, florestas aluviais (alagadas em grande parte do ano), além de mangues (associados à foz dos rios) e restingas (associados às terras arenosas próximas ao mar).

- **Floresta do Interior da Bahia** - A ecorregião Florestas do Interior da Bahia corresponde à vegetação denominada Floresta Estacional Semi-Decidual, segundo Manual da Classificação da Vegetação Brasileira (IBGE, 1992). Tomando como referência os grandes biomas brasileiros, esta ecorregião se enquadra no domínio da Floresta Atlântica (MMA, 2.000).

O conceito ecológico do tipo de vegetação que caracteriza esta ecorregião está condicionado à dupla estacionalidade climática: uma tropical, com época de intensas chuvas de verão, seguida por estiagem acentuada; e outra, subtropical, sem período seco, mas com seca fisiológica, provocada pelo intenso frio do inverno, com temperaturas médias inferiores a 15° C.

No Estado da Bahia, esta ecorregião ocorre em uma faixa paralela ao litoral, logo após a área de domínio da ecorregião Florestas Costeiras da Bahia, quando a precipitação cai para índices menores de 900 mm/ano e começa a existir um déficit hídrico considerável.

Quatro formações florestais foram delimitadas dentro desta ecorregião no Estado da Bahia: aluvial, terras baixas, submontana e montana, conforme suas localizações geográficas e posição em relação ao relevo:

- a **formação aluvial** está sempre presente nos terraços mais antigos de calhas dos rios;
- a **formação das terras baixas** ocorre na faixa de 5 a 100 metros de altitude quando localizada entre os 4° e 16° de latitude sul, na faixa de 5 a 50 metros quando localizada entre os 16° a 24° de latitude sul e na faixa de 5 a 30 metros quando localizada entre os 24° e 32° de latitude sul;
- a **formação sub-montana** situa-se em uma faixa altimétrica que varia de 100 a 600 metros quando localizada entre os 4° e 16° de latitude sul, na faixa de 50 a 500 metros quando localizada entre os 16° a 24° de latitude sul e na faixa de 30 a 400 metros abaixo dos 24° de latitude sul;

- a **formação montana** situa-se na faixa altimétrica que varia de 600 a 2.000 metros de altitude quando localizada entre os 4° e 16° de latitude sul, de 500 a 1.500 metros quando localizada entre os 16° e 24° de latitude sul e de 400 a 1.000 metros quando localizada entre os 24° e 32° de latitude sul.
- **Florestas Secas do Nordeste** - Esta ecorregião é caracterizada por duas estações climáticas bem demarcadas, uma chuvosa, de curta duração, e outra com longo período seco. Este regime climático influencia a sua cobertura vegetal, que se apresenta na forma de disjunções florestais com o estrato dominante macro ou mesofanerófito predominantemente caducifólio, com mais de 50% dos indivíduos despidos de folhagem no período desfavorável (IBGE, 1992).

No território baiano podem ser consideradas 3 (três) formações florestais distintas para esta ecorregião. São elas:

 - **Floresta Estacional Decidual das Terras Baixas** - Esta formação é encontrada em áreas descontínuas e relativamente pequenas. Ocorre com maior expressividade na bacia do Rio Pardo, no sul do Estado da Bahia. Uma expressiva área desta formação aparece também no vale do Rio São Francisco, na região dos municípios de Iuiú, Malhada, Sebastião Laranjeiras. Nesta região, os indivíduos desta formação estão em intenso processo de extração, para produção de carvão vegetal, quase sempre de forma irregular.
 - **Floresta Estacional Decidual Sub-montana** – Ocupando uma expressiva área do território baiano na divisa com o Estado de Minas Gerais, localizada nos vales dos rios Verde Grande e São Francisco, esta formação apresenta uma fisionomia ecológica com mais de 50% de seus ecotipos sem folhagem na época desfavorável.
 - **Floresta Estacional Decidual Montana** - Uma grande faixa desta formação encontra-se revestindo o planalto de Vitória da Conquista e é representada por uma vegetação florestal de porte médio com uma fisionomia ecológica tipicamente caducifólia, dominada por leguminosas arbóreas.
- **Caatinga** - A ecorregião denominada "caatinga" é uma das principais do nordeste brasileiro, cobrindo uma área de 570.000 km². Este ecossistema corresponde a 37% da região Nordeste e a 6,7% do território nacional. O Estado da Bahia tem cerca de 45% do seu território incluído no semi-árido, representando 347.147 km², abrangendo 248 municípios e mais de 6 milhões de habitantes (QUEIROZ, 1.999). Estes números mostram a importância do conhecimento desta ecorregião visando seu correto manejo e conservação.

Este ecossistema abrange praticamente toda a área dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, sudeste do Piauí e a maior parte dos estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, além do interior da Bahia (regiões nordeste, norte e centro-oeste). A ocorrência destes ambientes está fortemente associada ao clima, principalmente à estação seca, cujo período excede a cinco meses.



- **Cerrado** - A ecorregião Cerrado ocupa uma área de 1,3 milhões de km² do território brasileiro. O aparecimento desta formação está condicionado principalmente ao tipo e à profundidade do solo e a mesma vem sendo degradada pela atuação do homem, através dos desmatamentos e queimadas. Na Bahia ocupa toda a região oeste do Estado.

O Cerrado é então definido como uma ecorregião de vegetação xeromorfa, preferencialmente de clima estacional, com cerca de 5 meses secos (de abril a setembro), onde o estresse hídrico é grande; não obstante, pode ser encontrado, também, em clima ombrófilo. Essa vegetação reveste solos lixiviados aluminizados, ocorrentes em toda a Zona Neotropical.

Predominam, nesta ecorregião, as formações savânicas, ocorrendo, também, formações florestais. O gradiente de formas fisionômicas depende de três aspectos do substrato: a fertilidade e o teor de alumínio disponível; a profundidade dos solos; e o grau e duração da saturação na camada superficial e subsuperficial (UNESCO, 2.000).

Nesta ecorregião ocorrem 3 ecossistemas associados:

- **Veredas** - Representam um ecossistema de grande relevância dentro da ecorregião Cerrado, por serem responsáveis pela manutenção e multiplicação da fauna terrestre e aquática, além de contribuírem para a perenidade e regularidade dos rios da região (EPAMIG, 1991). Em depressões e em alguns vales presentes na bacia do Rio São Francisco ocorrem enclaves deste ecossistema, que apresenta fisionomia sempre verde, constituída por um estrato arbóreo-arbustivo envolvido por área graminosa.
 - **Matas ciliares ou de galerias** - Trata-se da formação florestal estacional semidecidual relativamente estreita que ocorre ao longo dos cursos d'água e sobre terrenos acidentados, raramente ultrapassando 100 metros de largura, e com o estrato arbóreo variando de 20 a 25 metros de altura, com poucos indivíduos emergentes (UNESCO, 2.000).
 - **Cerradão** - É uma formação florestal com aspectos xeromórficos apresentando espécies que ocorrem no Cerrado e também por espécies típicas de matas. A altura média do estrato arbóreo varia de 8 a 15 metros, com ocorrência de estratos arbustivos e herbáceos (UNESCO, 2.000).
- **Chapada Diamantina** – Localizada na região central do Estado, coincidente com a área da Chapada Diamantina, esta ecorregião foi delimitada devido às suas peculiaridades climáticas e de recursos hídricos. Compreende um mosaico de vegetação e ecossistemas. Este mosaico de vegetação se deve à diversidade de ambientes existentes. Nela são encontradas as seguintes formações:
 - **Caatinga:** desde as ralas e densas, arbustivas e arbóreas, com ou sem cactáceas e palmeiras;

- **Cerrado:** desde os campestres, cobrindo os chapadões e encostas suaves, até os cerrados arbóreos e os cerradões, com árvores pequenas, medianas ou grandes;
- **Floresta estacional semidecidual:** ocupando as encostas úmidas, principalmente associadas aos vales dos rios, constituindo as matas ciliares;
- **Campos rupestres:** encontrados nas encostas secas e nas cumeadas das serras, associados à ocorrência de solos rasos sobre rochas, formando refúgios ecológicos, onde a vegetação é exuberante e variadíssima;
- **Florestas estacionais:** encontradas nos chapadões;
- **Matas de encostas e matas de neblina:** encontradas nos sopés das serras e ricas em espécies nobres;
- **Floresta atlântica:** por sua composição florística se enquadra como parte das formações florestais componentes da Mata Atlântica.

2.1.1.8 Divisão Político-Administrativa

O município é a primeira referência espacial tanto para as análises como para as interferências no território – é a menor unidade administrativa da Federação. Constituído por distritos, povoados e núcleos, sua observação possibilita a compreensão de como os processos socioeconômicos espacialmente se desenrolam.

Destaca-se a importância do aspecto legal deste recorte espacial, observando que a partir de 1937 cabe aos municípios a competência de decretação de tributos, situação ampliada com a Constituição Federal de 1988, que lhes conferiu autonomia, enquanto unidade de gestão e co-responsabilidade no processo de tomada de decisão, especialmente no que tange ao gerenciamento e ampliação de sua infra-estrutura de serviços – equipamentos sociais essenciais.

Com relação ao Estado da Bahia, seu território abriga hoje 417 municípios, situação resultante de um processo de emancipação que foi acentuado a partir da década de 1960, com ênfase nos anos 1980. Nesse contexto, os últimos municípios criados foram os de Barrocas e Luís Eduardo Magalhães (1999). É interessante destacar que, a despeito do processo histórico de partilhamento do território, ainda hoje alguns municípios baianos preservam uma significativa extensão territorial, especialmente nas regiões do Oeste, Nordeste e Médio São Francisco, como se pode observar no cartograma 2.1.6.



Fonte: SEI/SEPLAN/TEC

Cartograma 2.1.6 - Divisão Político-Administrativa

2.1.1.9 Microrregiões Definidas pelo IBGE

A regionalização nos termos de microrregiões e mesorregiões data do final dos anos 1960 e início da década de 1970 e surge afinada com a necessidade do Estado instaurar uma nova geografia, capaz de dissolver o recorte regional no sentido mais amplo, de modo a dar feição a um espaço integrado e funcionalizado. É interessante destacar que nessa concepção o espaço total é constituído pelo somatório das partes. No âmbito desse processo o Estado da Bahia é dividido em 32 microrregiões, a saber: (1) Alagoinhas, (2) Barra, (3) Barreiras, (4) Bom Jesus da Lapa, (5) Boquira, (6) Brumado, (7) Catu, (8) Cotegipe, (9) Entre Rios, (10) Euclides da Cunha, (11) Feira de Santana, (12) Guanambi, (13) Ilhéus – Itabuna, (14) Irecê, (15) Itaberaba, (16) Itapetinga, (17) Jacobina, (18) Jequié, (19) Jeremoabo, (20) Juazeiro, (21) Livramento do Brumado, (22) Paulo Afonso, (23) Porto Seguro, (24) Ribeira do Pombal, (25) Salvador, (26) Santa Maria da Vitória, (27) Santo Antonio de Jesus, (28) Seabra, (29) Senhor do Bonfim, (30) Serrinha, (31) Valença e (32) Vitória da Conquista.

2.1.1.10 Regiões Econômicas

As Regiões Econômicas foram conceituadas e definidas para responder a um período cíclico da socioeconomia internacional, em que havia uma certa concentração de fluxos, formando manchas territoriais com certas características homogêneas. Tais características eram resultado da repartição dos fluxos socioeconômicos numa escala mundial, formados por estados-nação onde a presença estatal apresentava capacidade de fazer gestão sobre a divisão sócio-espacial do trabalho. Tal ciclo, que se desenvolveu no Brasil até a década de 1980, formou regiões brasileiras com certa homogeneidade interna de plataforma de produção, de comportamentos sociais, de fluxo de pessoas, mercadorias e de capitais, embora isso representasse uma grande diversidade de porte e qualidade socioeconômica entre tais regiões, como ainda hoje acontece.

Da mesma forma, na Bahia formou-se regiões com certo grau de homogeneidade, tais como a região cacaueteira, do sisal, do algodão, café, pecuária, da indústria, etc, que permitiam uma definição clara dos seus contornos territoriais. Tal homogeneidade decorria do fato de que o processo produtivo concentrava parte das suas etapas em uma dada unidade de território, o que conferia uma maior relação entre alocação de mão-de-obra, mercadorias produzidas, capitais investidos e um dado território de realização. Tais relações se refletiam no volume e na massa de salário, seus efeitos sobre o comércio local, a presença de infra-estrutura e equipamentos urbanos de suporte à produção local e sua comercialização e na relação econômica com outras regiões. Disso resultou em regiões agregadas por produção, cidades reunidas em rede para servir de suporte à comercialização e assim sucessivamente. Os espaços regionais podiam ser definidos em formatos geométricos bidimensionais e exigiam métodos matemáticos para definir com exatidão os seus contornos, para reconhecer a compartimentação e servir como base para estabelecer as políticas governamentais próprias e necessárias ao “sucesso regional”.

Com a abertura das fronteiras nacionais, com a necessidade de ampliação dos fluxos de capitais, à escala mundial, estimulada pelos avanços tecnológicos em transportes e comunicação, o processo produtivo pôde tornar-se flexível, refletindo na espacialidade da

produção e da circulação de mercadorias e de pessoas. Flexível em permitir descolar partes do processo da primazia territorial, permitindo que uma dada mercadoria possa ser produzida em sucessivas etapas e em territórios diferenciados, em menor tempo, com menores custos, porém unidos por procedimentos administrativos altamente eficazes e controladores articulados dos meios de circulação e de comercialização. O espaço foi alongado, o tempo reduzido, enquanto que a rotatividade do capital diminuiu, elevando, por conseguinte, a competitividade entre unidades de produção e, conseqüentemente, entre espaços territoriais. Tais espaços, entretanto, agora não são somente manchas geometricamente definidas e homogêneas, contíguas ou não. Eles passaram a constituir a junção entre tais manchas, com menor poder de homogeneidade, e caminhos que se articulam em rede de vias de circulação, cidades ou partes delas, equipamentos, etc. Isso significa dizer que a divisão regional, tal como estabelecida anteriormente, não mais permite reconhecer a realidade da economia mundializada.

O estudo do recorte territorial por regiões econômicas reveste-se de uma importância particular, visto que a abordagem da demanda hídrica está estritamente ligada à estrutura de cada um desses territórios.

Descreve-se a seguir o recorte em regiões econômicas efetuado na década de 1980 e que tem por fundamento a constatação empírica de uma realidade econômica existente¹³.

Mostra-se a seguir que a situação evoluiu, notadamente sobre os setores de fronteira agrícola (caso do oeste baiano), e que novos pólos surgiram.

A definição dessas regiões econômicas faz parte dos estudos desenvolvidos pelas principais entidades de Planejamento do Estado (CAR/SEPLANTEC): *"os subespaços identificados, embora sejam de tamanhos variáveis e apresentem indicadores com diferentes valores e características, são constituídos, basicamente, de um centro representado por uma cidade, onde se concentra o maior número de atividades humanas e sua respectiva área de influência"*.

Em 1991, a Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado, definiu a divisão político-administrativa do Estado da Bahia em 15 Regiões, denominadas de Político-Econômicas.

Essa denominação de "Político-administrativa" não é muito conhecida, por que foi preferencialmente substituída por "regiões econômicas", como consta do estudo "Informações Básicas dos Municípios Baianos".

Esse procedimento atendeu à necessidade daquele momento, qual seja, a de buscar recortes espaciais que viabilizassem as ações de planejamento e de fomento ao desenvolvimento, tomando por base informações microlocalizadas, inclusive em escala municipal, com vistas à constituição de novas redes de articulações.

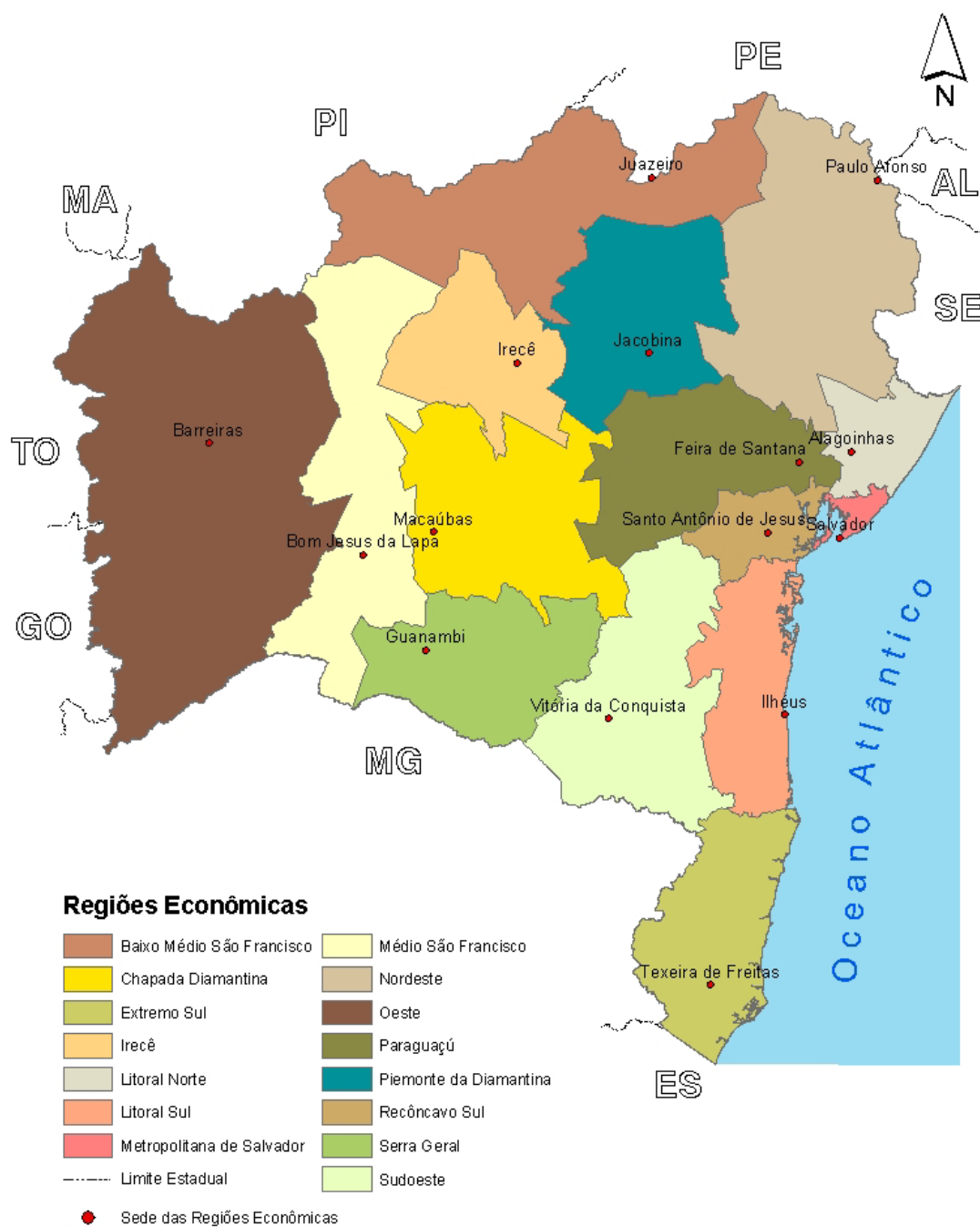
Nesses termos foram criadas as seguintes Regiões Econômicas: (1) Metropolitana de

¹³ Segundo a SEI, não existe nenhum documento técnico que explique o recorte em regiões econômicas. Em particular, este recorte não foi objeto de justificativa a partir de critérios econômicos precisos. Entretanto, uma oficialização de fato lhe foi acordada, notadamente através das publicações estatísticas do IBGE (que o utiliza na apresentação de seus resultados) ou nos 15 volumes das "Informações Básicas dos Municípios Baianos" editados pela SEI.

Salvador, (2) Litoral Norte, (3) Recôncavo Sul, (4) Litoral Sul, (5) Extremo Sul, (6) Nordeste, (7) Paraguaçu, (8) Sudoeste, (9) Baixo Médio São Francisco, (10) Piemonte da Diamantina, (11) Irecê, (12) Chapada Diamantina, (13) Serra Geral, (14) Médio São Francisco, (15) Oeste.

A importância dessa regionalização está em permitir valorizar o peso crescente da metrópole baiana, demonstrar as grandes diferenças regionais no estado e oferecer a possibilidade de refletir sobre os Eixos de Desenvolvimento. Do ponto de vista prático, a administração pública passou a assimilar esse enquadramento geográfico, transformado em referência oficial. Dessa forma, um grande acervo de dados e informações estatísticas levantadas pelo IBGE é trabalhado.

A seguir apresenta-se o cartograma 2.1.7 com a delimitação das Regiões Econômicas do Estado da Bahia.



Cartograma 2.1.7 - Regiões Econômicas

2.1.1.11 Eixos de Desenvolvimento

Abordamos neste item a apresentação do recorte regional por Eixos; este recorte é importante na medida onde ele é hoje o único suporte territorial para atribuir os recursos orçamentários estaduais, conforme a política de governo já estabelecida.

Conforme relatamos anteriormente, a constituição dos Eixos de Desenvolvimento da Bahia foi baseada na associação de dois aspectos muito importantes: a adequação da Bahia aos Eixos Nacionais de Desenvolvimento e a espacialização da socioeconomia baiana.

No primeiro aspecto, constatou-se que os Eixos Nacionais de Desenvolvimento apresentavam um modelo geral baseado na concentração da socioeconomia nacional na Região Sudeste, denominada de Rótulo, resultando em um desenho que refletia a tendência de convergência de todos os fluxos das regiões brasileiras na direção dessa rótula, incluindo a Região Nordeste do Brasil, cujos eixos de circulação passariam pelo território baiano. A justificativa mais importante seria a de que, segundo projeções do GEIPOP (1997), haveria uma tendência de crescimento, até o ano de 2020, de grãos agrícolas nas rotas representadas pela BR-116 (litoral baiano) e pela Hidrovia do Rio São Francisco (interior do estado). Tais tendências levaram a que os estudos do Governo Federal constituíssem tais vias como estratégias para o desenvolvimento nacional, com maior ênfase para a região nordestina e para a Bahia. Assim, o Governo da Bahia assumiu tais indicações e considerou que, dentro da sua estratégia de desenvolvimento, esses dois “corredores” de passagens entre as mercadorias do Sul/Sudeste e Nordeste do Brasil contribuíssem na formatação dos eixos de desenvolvimento do São Francisco e o conjunto dos eixos de desenvolvimento do litoral baiano.

Quanto ao segundo aspecto, pode-se afirmar que, em estudos realizados por Porto e Carvalho¹⁴ e, posteriormente, desenvolvidos por Porto e outros autores¹⁵, constata-se que a economia da Bahia apresenta uma espacialização com forte tendência de ocupação dos extremos territoriais do estado.

A rigor, até a década de 1950/60, a economia estadual se baseava no modelo agroexportador, composto de produtos tradicionais, como o cacau, café, algodão, sisal, etc, pecuária e mineração, inicialmente ocupando o litoral. Gradativamente, essa ocupação expandiu-se na direção do Rio São Francisco, formando uma rede de cidades que se desenhava ao longo da única via rodoviária de passagem entre o Sudeste e Nordeste do Brasil, a BR-116, e, com maior dispersão, ao longo de algumas vias importantes que convergiam transversalmente de todas as regiões do estado na direção de Salvador.

A partir da década de 1950/1960, quando inicia-se o processo de internalização da economia industrial no Brasil, com forte apoio estatal, o Nordeste brasileiro recebe investimentos no setor e cria, no entorno das suas metrópoles, parques industriais; dentre eles, aparecem como os mais importantes o Centro Industrial de Aratú e o Complexo Industrial de Camaçari, ambos na região de Salvador. Um pouco mais tarde, porém

14 Porto, Edgard; Carvalho, Edmilson, Espacialização da Economia Baiana, in A Bahia no Mercosul, SEI, Sep n. 30, Salvador, 1996.

15 Porto, Edgard; Paredes, Victor; Suerdieck, Sidnei, Quatro Cantos da Bahia, SPE/Seplantec, Salvador, 2001.



dentro da mesma política de “Integração Nacional”, um outro movimento ocorre com o deslocamento da plantação de grãos, com maior ênfase na soja, dos estados do Sul/Sudeste para o Centro Oeste do Brasil, onde a Região Oeste da Bahia também foi beneficiada.

Esses dois movimentos, agregados à expansão das atividades do turismo em todo o litoral baiano e, posteriormente o crescimento da plantação de pinus e eucaliptos do Espírito Santo em direção ao Extremo Sul do Estado da Bahia, o que criou condições para a implantação mais recente da fábrica de Papel e Celulose, favoreceram a que as atividades mais modernas e competitivas da Bahia ocorressem no litoral e extremo Oeste e Norte.

Ao mesmo tempo, as antigas e tradicionais atividades agrícolas entram em estagnação e as regiões que compõem o semi-árido baiano apresentam-se com os indicadores de desenvolvimento mais baixos do estado.

Dentro desse quadro, o Governo da Bahia vem definindo sua estratégia de desenvolvimento, de forma a dar suporte ao melhor desempenho das suas atividades econômicas competitivas, localizadas nos extremos do seu território, mas investindo na articulação física e econômica entre esses espaços, criando condições específicas para que alguns territórios do interior do semi-árido possam encontrar possibilidade de desenvolvimento. Isso significa que, espacialmente, se expressam três grandes compartimentos territoriais na Bahia: o litoral das indústrias e do turismo; o Oeste e Norte da agroindústria e o centro da Bahia das atividades gerais de subsistência, com algumas exceções nas proximidades das suas cidades maiores. Disso resultou o desenho dos Eixos de Desenvolvimento, formados por um conjunto localizado no litoral (Extremo Sul, Mata Atlântica, Grande Recôncavo e Metropolitano); um eixo englobando as regiões do Oeste e Norte do estado (São Francisco) e um conjunto de eixos conformando as áreas menos desenvolvidas do estado, mas que situam-se na passagem dos fluxos de mercadorias, capitais e pessoas a serem incentivados (Nordeste, Chapada e Planalto).

É essa estratégia de desenvolvimento do território baiano, acoplada à política nacional, que resultou no desenho dos Eixos de Desenvolvimento da Bahia, o que, em outras palavras, é o resultado espacial das políticas de investimentos do governo estadual.

O desenho dos eixos reflete os espaços de atividades competitivas e dinâmicas da economia baiana, divididos entre as áreas do litoral e os extremos do território no oeste e no norte do estado, e os espaços caracterizados por atividades de subsistência, de baixa densidade econômica, localizados na área central da Bahia. Além disso, os eixos também foram desenhados para expressar os caminhos mais importantes entre os fluxos do Sudeste e Nordeste do Brasil, que passam pelos extremos do território baiano: o primeiro, através do sistema rodoviário, utilizando o litoral, e o segundo, pelo futuro sistema hidroviário, através do Rio São Francisco. Portanto, os eixos formam uma espacialidade de um desenvolvimento a ser viabilizado, com base na realidade dos fatos atuais.

O conceito dos Eixos de Desenvolvimento compreende uma visão de articulação entre os locais que constituem os caminhos mais importantes de um processo de produção e de circulação com as mais diversas regiões e lugares do planeta. Apesar disso, ainda se pode identificar algumas territorialidades com capacidade (potencialidade) de receber a

irradiação desses fluxos e aumentar a capacidade competitiva espacial. Nessas circunstâncias, o efeito normativo e legal da instituição da figura “região” não tem grande significado. Atualmente, passa a ser mais importante a necessidade de uma estratégia territorial, flexível no tempo e no espaço, capaz de responder à dinâmica dos eventos internacionalizados. Ao estado resta o papel de regulador e, para tal, a formalização de regiões, que está diretamente vinculada esse novo conceito de gestão.

Ao mesmo tempo, toma corpo na Bahia a formulação de estratégias de desenvolvimento centradas em orientações como as que definiram os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, pautadas pela vontade do governo federal em dotar o Brasil de ferramentas de reflexão e planejamento técnico e financeiro de médio e longo prazos.

Na perspectiva de respeitar a coerência nacional o Governo da Bahia redefiniu a divisão geoeconômica do estado, para a formulação e implementação de sua política de desenvolvimento. O conceito de “eixos de desenvolvimento” marca essa nova concepção, no contexto da qual as regiões econômicas constituem agrupamentos, definidos a partir dos grandes corredores de circulação da produção.

Vale a pena mencionar também que a elaboração dos eixos baianos obedeceu ao desejo de estabelecer as prioridades das seguintes ações:¹⁶

- adotar medidas para melhorar a qualidade de vida dos baianos;
- crescer, desconcentrar e diversificar o desenvolvimento, mediante uma estratégia equilibrada;
- promover a expansão das bases produtivas;
- aprofundar e consolidar a modernização do estado.

Assim, os Eixos de Desenvolvimento da Bahia estão articulados aos Eixos de âmbito nacional, como, por exemplo, aqueles que viabilizam as ligações entre o Sul-Sudeste e o Nordeste do Brasil e os eixos de âmbito regional cuja função é articular os fluxos transversais entre as regiões Centro-Oeste do Brasil e oeste da Bahia com o litoral baiano. A observação do comportamento demográfico das regiões correspondentes aos mencionados eixos revela que alguns possuem um adensamento populacional que os diferencia dos demais, é o caso dos Eixos Metropolitano, Grande Recôncavo e Mata Atlântica. Esta constatação os sugere como espaços mais consolidados e ou espaços que, em decorrência de suas características – maior dinâmica do mercado de oferta de bens e serviços e do mercado de trabalho – tendem a se expandir mais rapidamente.

No nível estadual, os eixos de desenvolvimento podem ser compreendidos como o elemento central de uma estratégia política com representação espacial, para potencializar o território da melhor maneira possível, visando potencializar seus espaços mais produtivos, articular e irradiar o desenvolvimento para todas as outras regiões e qualificar melhor a economia baiana no cenário nacional e internacional.

16 Fonte : Visão do futuro - Estratégias de desenvolvimento. Governo do Estado da Bahia; Plano Plurianual 200-2003. Salvador 1999

Na prática, os Eixos de Desenvolvimento possibilitam a organização territorial estadual integrada ao dinamismo nacional, viabilizando maior flexibilidade das ações. Considerando o processo de globalização que, cada vez mais, acentua o estreitamento entre a dinâmica evolutiva da economia nacional e internacional, os Eixos de Desenvolvimento, nesse contexto, atuam como indicadores da dinâmica espacial, pois permitem a visualização das concentrações e dos movimentos de população, bem como da mobilidade da força de trabalho e a disponibilidade de empregos. Desse modo, os Eixos de Desenvolvimento traduzem a dinâmica das concentrações de produção, que, organizadas em torno de uma rede de transportes, conectam a economia e o espaço locais com seus equivalentes a nível nacional e internacional.

Nesse contexto foram definidos oito "eixos de desenvolvimento:" (i) o Eixo do São Francisco – compreendendo as seguintes Regiões Econômicas do Oeste da Bahia, Médio São Francisco, Baixo-Médio São Francisco e Região de Irecê; (ii) Eixo da Chapada; (iii) Eixo Extremo Sul; (iv) Eixo Mata Atlântica; (v) Eixo Metropolitano; (vi) Eixo Grande Recôncavo; (vii) Eixo Planalto; e (viii) Eixo Nordeste.

Os oito eixos de desenvolvimento foram agregados em três categorias, a saber:

- eixos centrais: Chapada, Nordeste e Planalto, que possuem uma função de articulação regional, onde as principais vias (BR-242 e BR-407) possibilitam a ligação entre o Rio São Francisco e as zonas litorâneas. Estas regiões concentram 33,5% da população e 32% dos orçamentos do estado;
- eixo das extremidades: o eixo do São Francisco, que concentra cerca de 52% da área irrigável do Estado da Bahia e 13,5% da população estadual. Onde se destacam os pólos de Barreiras e Juazeiro;
- eixos litorâneos: que apresentam maior capacidade para atrair os fluxos internos e externos em função do desenvolvimento da sua economia e de seus elementos de infra-estrutura. Estes eixos (Extremo Sul, Grande Recôncavo, Mata Atlântica, Metropolitano) reúnem 53,45% da população do estado.

Alem dos eixos principais existem corredores transversais para fazer a ligação do interior com o eixo litorâneo:

- o corredor estruturado em torno da BR-349, de Bom Jesus de Lapa – Vitória da Conquista até Ilhéus; e
- o corredor estruturado em torno da BR-242, de Barreiras–Itaberaba–Feira de Santana até Salvador.

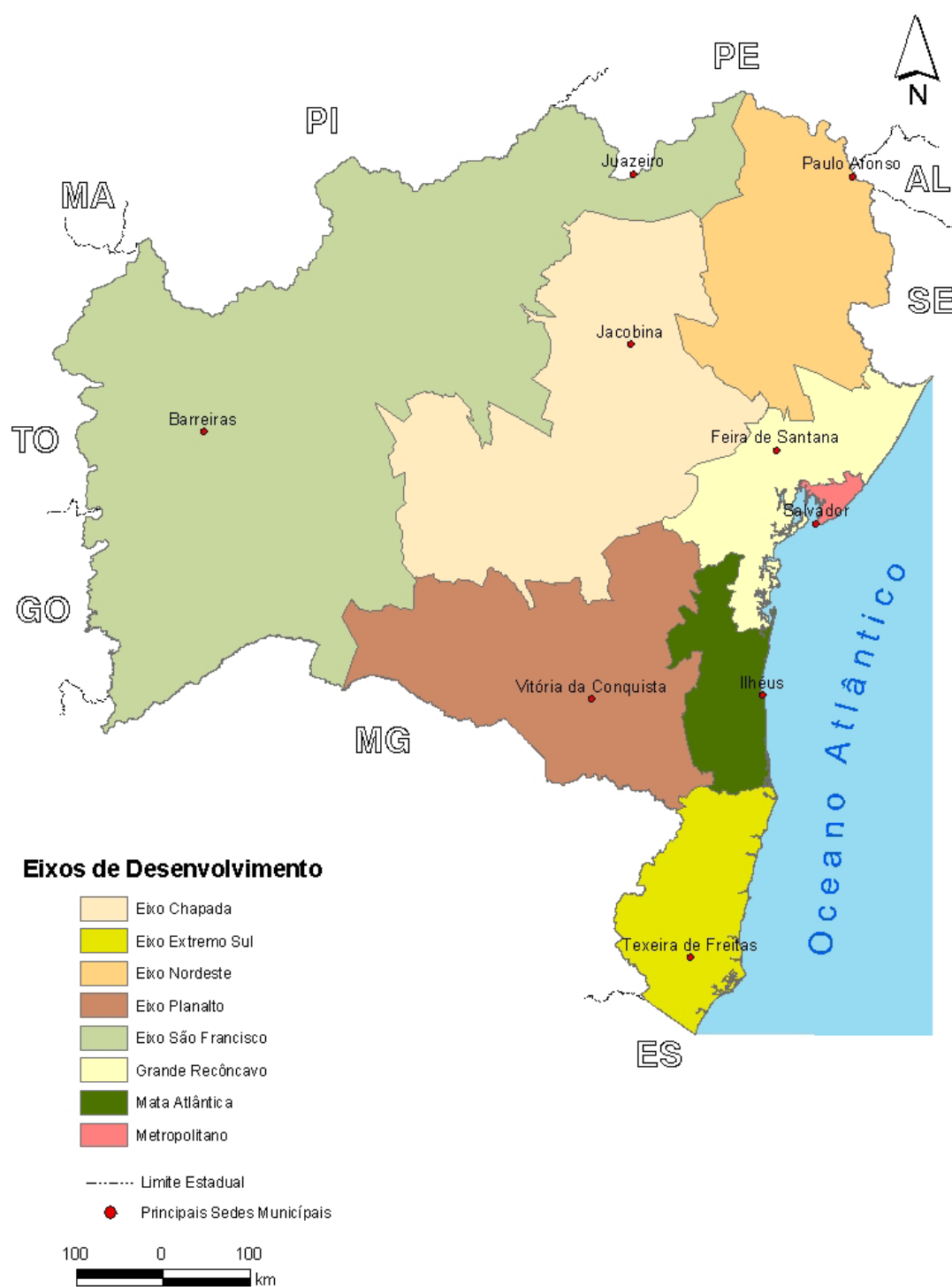
Esses corredores podem ser chamados de eixos regionais transversais, apesar de não existir nenhuma oficialização dessa denominação.

A regionalização por Eixos de Desenvolvimento está mais vinculada a uma visão do desenvolvimento futuro do território baiano do que à situação atual, principalmente no que diz respeito ao eixo do São Francisco. Nesse sentido a regionalização por Eixos de Desenvolvimento permite adaptar-se às conjunturas nacionais e internacionais. Este

conceito em economia é primordial.

Conforme citado, anteriormente, a regionalização por Eixos de Desenvolvimento se apresenta, hoje, como o único suporte territorial para atribuir os recursos orçamentários estaduais, conforme a política de governo já estabelecida. Assim, tanto com relação ao planejamento territorial e ao planejamento das ações futuras, quanto com relação aos aspectos orçamentários, a regionalização do PERH-BA deve ser compatível com a regionalização que orientou a definição dos oito Eixos de Desenvolvimento mencionados.

Apresenta-se no cartograma 2.1.8 a delimitação dos Eixos de Desenvolvimento do Estado da Bahia, a seguir caracterizados.



Fonte: SEI / SEPLANTEC

Cartograma 2.1.8 - Eixos de Desenvolvimento

2.1.1.11.1 Características gerais de cada Eixo de Desenvolvimento

Em todos os eixos existem concentrações socioeconômicas de maior importância, que compõem o “chassi” da economia baiana e que constituem territórios com as maiores capacidades de expandir-se e diferenciar-se de outras áreas, dentro do próprio Eixo.

Entretanto, ao relacionarmos a espacialidade da socioeconomia baiana com os Eixos de Desenvolvimento, devemos ressaltar alguns aspectos da maior importância e que expõem o porte, as características e a densidade de fluxos diferenciados de cada um deles.

De uma maneira geral, pode-se considerar que os eixos do litoral (Grande Recôncavo, Metropolitano, Mata Atlântica e Extremos Sul) apresentam as maiores concentrações de fluxos econômicos, de infra-estrutura urbana e de pessoas, além de que nesse espaço há uma espécie de continuidade territorial de regiões que articulam diversos setores da economia, com ênfase na indústria, turismo, comércio e serviços.

Se tomarmos o indicador utilizado por Porto¹⁷, constatamos que o conjunto dos eixos de desenvolvimento do litoral representava quase que 75% dos fluxos socioeconômicos da Bahia em 2000. Tomando os valores do consumo de energia elétrica para os setores de comércio e de serviços, o que poderia representar o porte desse setor nas cidades aí localizadas, podemos constatar que tais eixos representam também pouco mais de 75% do total do estado.

Também nesses eixos habitam quase que 54% da população baiana, em apenas 16% do território estadual, com a mais alta densidade do estado, aproximadamente 78 hab/km² (tabela 2.1.1, quadro 2.1.3 e figura 2.1.1, a seguir).

Tabela 2.1.1 - Fluxos socioeconômicos por eixos de desenvolvimento – 2000

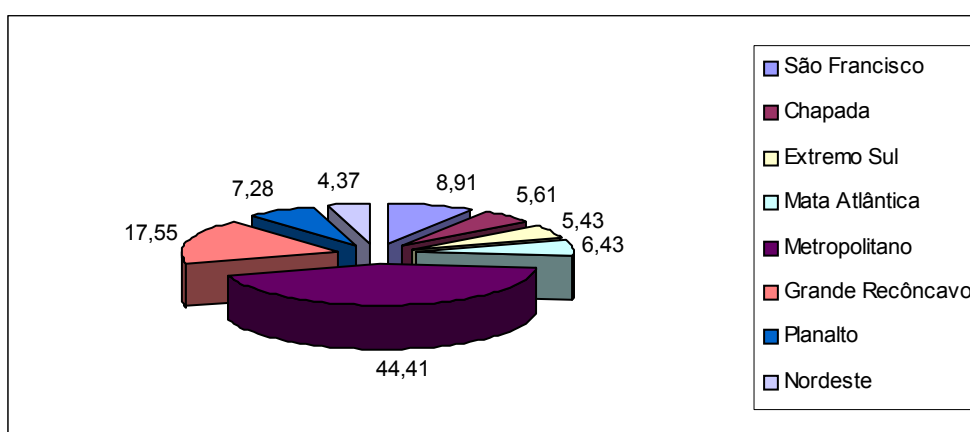
Eixo	Fluxo Socioeconômico (%)
São Francisco	8,91
Chapada	5,61
Extremo Sul	5,43
Mata Atlântica	6,43
Metropolitano	44,41
Grande Recôncavo	17,55
Planalto	7,28
Nordeste	4,37
TOTAL	100

17 - Conforme pesquisas realizadas para a tese de doutorado do autor (em andamento), cujos resultados gerais foram publicados pela SPE/Seplantec em Bahia Século XXI.

Quadro 2.1.3 - População, área, densidade e cidades de maior porte por Eixos de Desenvolvimento na Bahia - 2000

Eixo de Desenvolvimento	População (hab.)	Área (km ²)	Densidade (hab/km ²)	Cidade de Maior Importância
Eixo São Francisco	1.604.956	242.802	6,6	Juazeiro
Eixo Chapada	1.543.135	103.641	14,9	Jacobina
Eixo Extremo Sul	664.850	29.444	22,6	Teixeiras de Freitas
Mata Atlântica	1.161.295	23.230	50,0	Ilhéus
Metropolitano	3.021.572	3.069	984,5	Salvador
Grande recôncavo	2.197.842	34.778	63,2	Feira de Santana
Eixo do Planalto	1.700.399	74.898	22,7	Vitória da Conquista
Eixo Nordeste	1.176.201	55.435	21,2	Paulo Afonso
Total	13.070.250	567.297	23,0	

Fonte: IBGE e cálculo do Consórcio.



Fonte: dados cedidos por Edgard Porto, da pesquisa realizada para a tese de doutorado para a Universidade de Barcelona, em andamento.

Figura 2.1.1 - Percentual dos fluxos socioeconômicos por eixo de desenvolvimento - 2000

Entretanto, deve-se fazer uma diferenciação entre tais eixos, porquanto o Metropolitano apresenta-se em destaque sob todos os aspectos aqui considerados. Representa quase que 45% dos fluxos socioeconômicos do estado e concentra quase que 24% da população baiana, com uma densidade de aproximadamente 1.000 hab/km², ocupando apenas 0,005% do território estadual. Se tomarmos o indicador que possa representar o porte do setor comercial e de serviços das cidades, podemos considerar que o Eixo Metropolitano concentra quase que metade desse setor na Bahia. Se agregarmos esse Eixo ao Grande Recôncavo, considerando espacialmente sua área imediata de influência, podemos constatar que esse conjunto representa mais de 60% dos fluxos socioeconômicos estaduais e concentra 5,2 milhões de pessoas, representando quase 40% da população do estado. Aí estão concentrados quase que 65% do comércio e dos serviços na Bahia, considerando os indicadores já relatados.

Do lado oposto, territorialmente, o Eixo do São Francisco, apesar de representar pouco

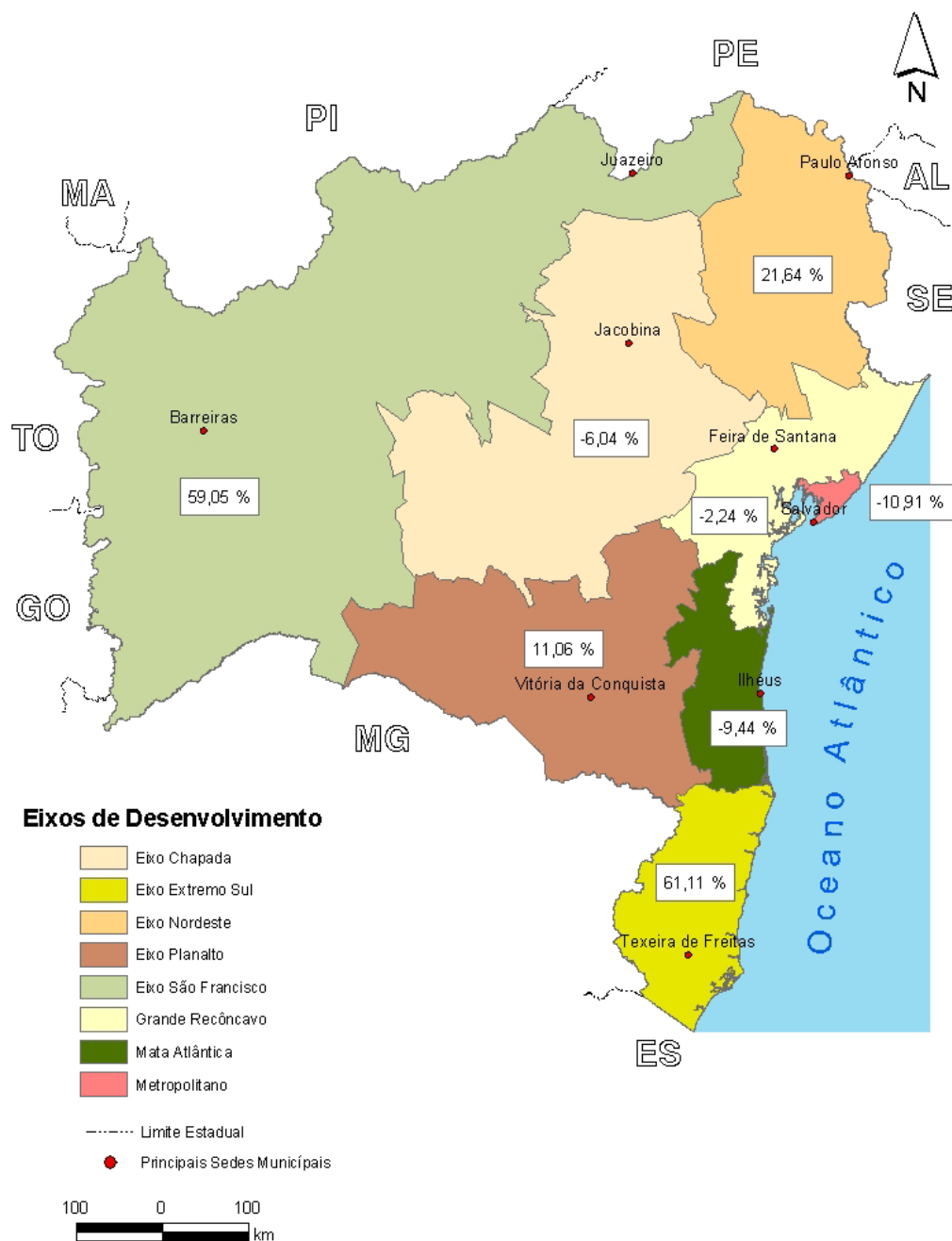


mais de 12% da população estadual, ocupa mais de 40% do seu território, o que significa uma densidade de apenas 6,6 hab/km², para concentrar apenas 9%, aproximadamente, dos fluxos socioeconômicos do estado. Por outro lado, esta é a região em que se situam as maiores possibilidades de áreas irrigadas da Bahia, por onde passa um dos rios mais importantes do Brasil e que o governo do estado considera como a área de cunho estratégico para o desenvolvimento da Bahia.

Os eixos centrais do estado representam, em maior grau, a área denominada de Semi-Árido baiano, cuja participação nos fluxos socioeconômicos do estado alcança pouco mais de 17%. Ocupa, entretanto, uma área de mais de 40% do território, embora apresente uma densidade populacional de apenas 19 hab/km², porém abrigando uma população significativa de quase 4,5 milhões de habitantes. É a região baiana com maiores problemas de oferta de água e com os mais baixos indicadores sociais, daí porque o governo do estado a considera uma área que deve ser objeto de ações voltadas para equacionar os problemas sociais, e não incentivar a atração de novos contingentes populacionais, exceto o incremento migratório interno para adensar o entorno das cidades médias desses eixos.

O que significa dizer, em síntese, que os Eixos do litoral concentram a economia, a oferta de infra-estrutura urbana e a população no estado, mas, se consideramos a evolução desses aspectos no estado, na última década, podemos concluir que os Eixos que apresentaram maiores crescimentos dos fluxos socioeconômicos foram o Extremo Sul (61%), seguido pelo São Francisco (59%), Nordeste (21%) e Planalto (11%). Todos os outros Eixos tiveram um incremento negativo no período, com maior ênfase para o Metropolitano (-11%), Mata Atlântica (-10%), Chapada (-6%) e Grande Recôncavo (-2%) (cartograma 2.1.9).

Significa dizer que, sob este aspecto, as áreas de maior concentração populacional e de fluxos no estado tendem a crescer menos do que algumas novas regiões, localizadas nos extremos do território baiano (Norte, Oeste e Sul), caracterizando um processo de descentralização espacial, em que pese aí também estar embutido um processo de concentração econômica numa mesma quantidade de municípios da Bahia, conforme atesta Porto, quando trata do Desenvolvimento Regional na Bahia, na publicação "Bahia Século XXI", recentemente publicada pela SPE/SEPLANTEC.



Cartograma 2.1.9 - Incremento dos Fluxos Socioeconômicos por Eixo de Desenvolvimento-1990/2000

2.1.2 Bases para a Formulação de uma Regionalização do PERH-BA

O presente item enfoca os principais aspectos considerados para a regionalização do PERH-BA, os quais são os seguintes:

- aspectos físicos;
- aspectos econômicos;
- aspectos socioculturais e espaciais;
- aspectos administrativos e legais.

2.1.2.1 Aspectos Físicos

O Estado da Bahia apresenta um amplo território, de extrema complexidade, em termos de recursos naturais, resultante das interações de suas variadas feições geológicas, morfológicas, climáticas e edafológicas que determinam o regime hidrológico de seus cursos d'água.

O quadro geológico do estado fundamenta-se no complexo cristalino, afetado diversas vezes por fenômenos tectônicos que contribuíram para o delineamento das grandes formas do modelado atual.

A distribuição do relevo faz-se de modo geral em ordem crescente, da costa para o interior, encontrando-se no centro do estado uma região mais alta, formada por áreas escarpadas, originais de rochas cristalinas dobradas e ligeiramente deformadas por aplainamentos e rejuvenescimentos paleozóicos, constituindo o conjunto Espinhaço/Diamantina.

Em direção a oeste surge a depressão periférica sanfranciscana, ligada a fenômenos de desnudação pós-cretácea, e mais a oeste ainda sobressai o Chapadão Ocidental, caracterizado por topos planos e encostas ligeiramente inclinadas da cobertura cretácea da formação Urucuia.

A morfologia costeira caracteriza-se pela presença marcante das formações sedimentares de origem recente, constituindo extensas e estreitas planícies de Norte a Sul, que se alargam na foz dos grandes rios, devido à intensa deposição de sedimentos.

Esse modelado do território baiano influencia no clima e nas condições edáficas, de forma que se pode dividi-lo em quatro regiões naturais com características próprias:

- a região da Mata Atlântica, que se desenvolve ao longo do litoral, ocupando uma faixa de largura média de cerca de 100 km, onde o clima varia de úmido a subúmido, com regime de chuvas influenciado pelas entradas da Massa Polar

Atlântica, barrada pelo relevo montanhoso central, resultando num regime pluviométrico abundante e regular dando origem à formação de rios perenes;

- no centro do estado, constituindo-se em anteparo à penetração da massa úmida do litoral, encontram-se as terras montanhosas das coberturas dobradas da plataforma que compõem a região das Serras e Chapadas. Nesta região de cobertura vegetal de transição entre as florestas do litoral e a caatinga do semi-árido encontram-se as nascentes da maioria dos rios baianos que correm para oeste, em direção ao Rio São Francisco, e para leste, em direção ao Oceano Atlântico. Os cursos d'água da vertente leste apresentam regime fluvial permanente, enquanto os da vertente oeste apresentam regime intermitente;
- mais a oeste encontra-se a região do Semi-Árido da Bahia, que constitui a mais extensa e complexa macro-região hidroambiental do estado. Nela o clima se apresenta quente e seco, variando do tipo semi-árido a árido, com um regime pluviométrico pouco intenso e bastante irregular, onde não raramente ocorrem períodos de extrema escassez de chuvas denominados de Secas. O substrato rochoso impermeável subaflorante que caracteriza a região, combinado com o regime pluviométrico irregular, dá origem à formação de rios temporários, que se apresentam secos durante grande parte do ano e caudalosos no período de chuvas, quando enchem o grande número de açudes existentes na região. Essa região é cortada de Sul ao Norte por um grande curso d'água perene, o Rio São Francisco, às margens do qual se concentra a maioria das atividades agrícolas da região.
- no extremo oeste do estado encontra-se a região do Cerrado, onde o relevo volta a se elevar devido à deposição de um pacote sedimentar formado no cretáceo superior - a formação Urucuia – e o clima retorna ao tipo subúmido a úmido, com regime pluviométrico mais intenso. A combinação desse contexto geológico com um regime de chuvas abundantes resulta na formação de um aquífero com reservas de águas apreciáveis e de rios de regime permanente com descargas mínimas elevadas.

Essas características distintas de cada uma das quatro regiões naturais em que se divide o território estadual são determinantes nas suas vocações socioeconômicas e influenciaram na sua ocupação humana, devendo ser consideradas no processo de regionalização do PERH-BA .

2.1.2.2 Aspectos Econômicos

No estudo dos fatores econômicos que interferem na formulação da regionalização do PERH-BA, dois aspectos sobressaem e são tratados a seguir:

- a contribuição de regionalização econômica ao PERH-BA;
- a influência dos pólos de desenvolvimento nesta regionalização.

2.1.2.2.1 Contribuição da regionalização econômica ao PERH-BA

As dimensões geográficas do Estado da Bahia impõem que qualquer decisão de caráter econômico esteja respaldada por um enquadramento geográfico o mais próximo da realidade. Este enquadramento permite aprimorar a formulação das ações de desenvolvimento, bem como a coerência destas ações como os objetivos da planificação.

Até o ano de 1990, a divisão administrativa do território, em municípios, justificava-se pela necessidade de descentralização das decisões e das ações. Como o Estado da Bahia não possui um nível administrativo intermediário entre o governo estadual e os municípios, os desmembramentos sucessivos dos municípios, ao longo da história, atendiam a esta necessidade de descentralização, em particular no aspecto econômico. Assim, a geração de riqueza induzia a emancipação de um município novo.

As reflexões econômicas a partir do ano de 1990 privilegiaram um tipo de recorte que ajuda a compreender as diferenças regionais e a elaborar uma política de desenvolvimento do território.

Este modelo facilitou o planejamento das infra-estruturas de caráter público e, nesta perspectiva, foram estudadas as regionalizações pelas Secretarias de Governo envolvidas.

O interesse das regionalizações econômicas, na última década, deveu-se ao fato delas serem baseadas no zoneamento territorial e de levarem em consideração as condicionantes geográficas e físicas do território.

Desta forma, estas regionalizações foram utilizadas como base das reflexões preliminares, uma vez que os propósitos centrais deste trabalho buscam definir um tipo de regionalização para a gestão dos recursos hídricos que atenda aos objetivos de desenvolvimento do estado. Nesse sentido, o entendimento da organização espacial da economia baiana é imprescindível para entender como esses objetivos são caracterizados em nível local.

As apresentações anteriores do presente estudo mostraram como a atividade econômica no Estado da Bahia está ligada aos pólos urbanos e industriais e evidenciam o fenômeno de concentração destas atividades em um número limitado de centros urbanos. Cabe ressaltar que estes centros urbanos serão pólos importantes de demanda de água devido ao elevado número de habitantes, às atividades industriais, bem como ao aumento do consumo "*per capita*".

Nota-se que, do ponto de vista institucional, a organização territorial por Eixo de Desenvolvimento permite atender às necessidades orçamentárias e de planejamento territorial.

2.1.2.2.2 Abordagem regional a partir dos pólos de desenvolvimento

As abordagens de regionalização precedentes foram dotadas por uma preocupação de colocação em coerência com uma política nacional (a política de integração por Eixos) ou por uma constatação da realidade econômica existente (Regionalização Econômica).



A análise da realidade econômica atual mostra que a abordagem territorial pode igualmente ser efetuada a partir dos pólos de desenvolvimento e que as cidades exercem um papel importante na constituição destes pólos.

O exame da dinâmica urbana permite colocar em evidência 33 cidades de mais de 40.000 habitantes que exercem uma influência direta sobre os municípios vizinhos e que contribuíram na criação dos pólos de desenvolvimento.

Indicadores econômicos são igualmente utilizados para destacar as zonas de concentração da produção, dos serviços, das receitas e dos empregos. A análise destes indicadores demonstra que os pontos fortes da economia agrupam-se próximos aos centros urbanos e articulam-se em torno das cidades, sendo, entretanto, delicado estabelecer as fronteiras precisas e fixas no tempo.

Os indicadores agrícolas se revelam bastante representativos, pois traduzem bem os sistemas agrícolas de produção, por setor, e permitem identificar os pólos de produção agrícola (pólo cacauzeiro, pólo de lavouras irrigadas ao longo do São Francisco, pólo de agricultura mecanizada de Barreiras...) ou mesmo os pólos de fraca atividade agrícola (Litoral Norte).

Apesar disso, a situação da Bahia é diferente do que possa existir em outros estados ou outros países, onde se criou ao redor dos pólos uma verdadeira "cesta de empregos".

No caso da Bahia, a influência dos pólos urbanos permanece limitada, sem dúvida em razão da pouca mobilidade das populações para se deslocar quotidianamente a locais afastados, por razões de custo, de falta de meios de transporte ou por problemas de moradia.

2.1.2.3 Aspectos Socioculturais e Espaciais

Identificar os aspectos socioculturais do Estado da Bahia e sua expressão espacial é uma tarefa que esbarra na dimensão territorial deste estado. Este desafio aumenta quando o exercício de identificação, de algum modo, busca observar a importância e/ou a contribuição desses aspectos na configuração de traços específicos que permitam perceber, no espaço baiano, identidades especiais para planejamento e gestão dos recursos hídricos.

O primeiro procedimento adotado para a compreensão dos principais aspectos socioculturais do Estado da Bahia foi o privilegiamento da observação dos processos históricos de ocupação do território, considerando sua diversidade espacial, as formas de vida daí decorrentes e as modalidades através das quais a estrutura político institucional do estado a representa em suas políticas públicas.

No processo histórico de ocupação territorial se destaca a apreciação histórica dos principais eixos de ocupação do território baiano, detalhando suas características dominantes e identificando aquelas que ainda hoje marcam sua organização e dinâmica. Em linhas gerais, destaca-se o esquadramento do território analisado a partir dos seguintes eixos: o eixo litorâneo, cuja rede urbana foi se definindo a partir da formação

das primeiras vilas-portos; o eixo fluvial, que possibilitou o afastamento da colonização da costa em direção ao interior, no qual destaca-se a importante presença do Rio São Francisco; o eixo central ou interiorano, ocupado em função da exploração mineira e de uma economia que privilegiou a pecuária e algumas poucas culturas alimentares; e o eixo oeste, marcado pelos cerrados, hoje uma das áreas mais dinâmicas das economias baiana e nordestina.

Entretanto, como as relações sociais e os conteúdos culturais que as orientam nem sempre são possíveis de serem demarcados a partir de critérios unicamente do histórico de ocupação territorial, privilegiou-se também os seguintes aspectos:

- a identificação da organização do território e da configuração da rede urbana – que remete à criação de formas espaciais diversas sobre a superfície terrestre, referindo-se não apenas ao modo como os objetos estão dispostos no espaço, mas também às redes de circulação e comunicação (de pessoas e mercadorias), através das quais se dão as trocas entre produtores e consumidores. Para a compreensão desta dinâmica utilizou-se o critério que permite identificar os principais processos sociais, econômicos e políticos que definem os atuais padrões espaciais da organização do território; a dinâmica demográfica como indicadora das áreas de atração e expulsão da população nos termos da mobilidade da força de trabalho; e as principais redes de circulação e comercialização, que possibilitam identificar e caracterizar as formas de articulação entre as diferentes estruturas espaciais, indicando as principais áreas produtoras e consumidoras da região;
- a consideração do grau de mobilização social, especialmente em torno das questões referentes ao uso e gestão dos recursos hídricos, tema objeto deste diagnóstico – aqui se considerou como “mobilização social” a capacidade dos grupos sociais se organizarem para discutir seus interesses e/ou reivindicar em prol de suas necessidades;
- o reconhecimento da importância dos Eixos de Desenvolvimento para o planejamento e viabilização das políticas públicas estaduais - os estudos realizados apontam para a importância de se ter como horizonte, para as análises aqui apresentadas, a noção de Eixos de Desenvolvimento e as questões que a eles remetem;
- a identificação de conflitos em torno do uso e gestão dos recursos hídricos, tema orientador deste diagnóstico - foi considerado como conflito social a ocorrência de uma ação coletiva, organizada ou não, que tem como centralidade os modos de apropriação e uso da água. Destaca-se que se utilizou como fonte de informação para o tratamento desta questão os resultados obtidos através de entrevistas realizadas com técnicos responsáveis pelas Casas de Recursos Naturais, bem como dos questionários aplicados junto aos referidos técnicos e a alguns tipos de usuários;
- a observação dos principais indicadores das condições de vida no Estado da Bahia – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH; Índice de Condições de Vida – ICV; Índice de Desenvolvimento Social - IDS – bem como dos indicadores sociais temáticos tais como: Taxa de Mortalidade Infantil, Taxas de Expectativa de Vida,

Relação Leitos / Habitantes, Taxa de Analfabetismo e Número Médio de Anos de Estudo.

É importante destacar que, quando da análise dos rebatimentos territoriais dos aspectos socioculturais do Estado da Bahia, se privilegiou para a identificação das regiões do PERH-BA, dentre os aspectos acima citados, aqueles mais dominantes, ou seja, os mais representativos da realidade social. Os resultados daí advindos foram esclarecedores para a compreensão dos processos socioculturais que envolvem o debate em torno do uso e gestão dos recursos hídricos.

2.1.2.4 Aspectos Administrativos e Legais

A regionalização do Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH-BA ou, apontando para o seu conteúdo, a identificação, delimitação e qualificação dos espaços de intervenção do Poder Público para implementar a política, a estratégia e o sistema de gerência de usos dos recursos hídricos no estado, apresenta-se com dois embasamentos:

- o embasamento da órbita jurídica, centralizado nos artigos 1º/V e 8º da Lei federal nº 9.433/97, e que prescrevem:
 - “a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”;
 - os “Planos de Recursos Hídricos serão elaborados por bacia hidrográfica, por estados e para o país”.
- o embasamento da órbita administrativa começa a existir nas prescrições do artigo 5º/I, que identifica os Planos de Recursos Hídricos (neles compreendido o PERH) como um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos; depois, ganha seqüência nos diversos dispositivos inscritos no Título II da mesma Lei nº 9.433/77, referentes à estruturação e instrumentação do Sistema de Gerenciamento (segmento administrativo da lei) Hídrico, que é organizado, institucionalizado e operacionalizado através, predominantemente, dos Comitês e Agências de Bacias Hidrográficas.¹⁸

Os dois embasamentos, o jurídico e o institucional-administrativo, são casados, complementares entre si, existem em comunhão, até porque são gerados na mesma legislação e para os mesmos objetivos do gerenciamento dos usos da água.

Tome-se então, as bacias hidrográficas e, por extensão, as suas sub-bacias, os territórios de drenagem do rio e de seus tributários, ou a “área com único exutório comum para o escoamento de suas águas” (conforme diz o artigo 2º, inciso IV da Instrução Normativa 4/2000), como espaços fisiográficos nos quais deverão ser implementados a política e o

¹⁸ A Lei Estadual nº 6.855, de 12.05.95, que dispõe sobre a Política, o Gerenciamento e o Plano Estadual de Recursos Hídricos-PERH-BA, assim como a Lei Estadual nº 8.194, de 21.01.02, acompanham a prescrição federal, e deixam explícito e/ou implícito que o planejamento hídrico será desenvolvido com base nas bacias hidrográficas, consagrando a lógica de planejamento hoje consensual entre os países que mais aperfeiçoaram os seus sistemas de gestão hídrica.

sistema de gerenciamento dos recursos hídricos aos níveis e com perfis nacional, federal e estadual configurados na lei. Merece menção o fato de que a lei não diz que o planejamento pode ser desenvolvido por bacia; diz que deve ser, e o alheamento a esse imperativo pode acarretar a nulidade do modelo adotado.

Qual, todavia, a rigidez que se tem para a adoção da bacia hidrográfica como unidade territorial do planejamento do PERH-BA? – quer dizer, para disciplinar os usos e a organização do sistema de gestão da água nas escalas de bacia hidrográfica? E complementarmente: como conciliar duas correntes de intervenção governamental, com enfoques distintos, sobrepostas no mesmo espaço físico? No caso:

- os recursos hídricos examinados e planejados “per se”, para responder às questões que neles se manifestam em termos, por exemplo, de usos múltiplos da água, de equilíbrio nas suas dimensões de oferta/demanda, da proteção/recuperação de seus padrões qualitativos, de sua factibilização como um bem econômico cujos usos importam em pagamento – enfim, os recursos hídricos nas abordagens do PERH-BA ;
- e, partilhando com esse enfoque hídrico o mesmo espaço territorial, as políticas de intervenção governamental, desenvolvimentistas, os planos, programas, subprogramas, projetos de investimentos e obras, que visualizam o estado como um todo, ou porções regionais do estado, ou setores da economia, ou que se reportam a territórios de bacias hidrográficas.

A resposta a tais indagações está naquilo que está sendo posto em prática, ou é tido como conceituação e método de planejamento, nos trabalhos de elaboração do PERH-BA, a partir das recomendações da SRH a respeito dos imperativos do entrelaçamento de funções, da unidade, coerência e compatibilização de objetivos entre aquilo que o PERH-BA conteria de específico, em termos de políticas e gerência de águas, e as muitas ações intervencionistas dos Governos da Bahia e/ou Federal, as de âmbito regional, local, setorial, em curso ou programadas.

Neste sentido, deve ser ressaltada a adoção de técnicas ou metodologias de planejamento integrado, mormente aquela integração que se faz “cruzando” funções desenvolvimentistas dentro da mesma área, subordinando-as à mesma estratégia e privilegiando a oportunidade da entrada de cada “input” da planificação – cruzando funções “verticais”, que levam à integração, por exemplo, das ações de planejamento ou de intervenção estadual/federal, e as funções “horizontais”, que garantem a interação das diversas intervenções da esfera estadual, por mais diferenciadas que elas aparentem ser; por exemplo: o PERH-BA /Eixos de Desenvolvimento Econômico-social.

Quando se procura soluções para “otimizar” os usos da água nos espaços de domínio de uma bacia hidrográfica, é essencial ter em mente a diversidade de características presentes em sua área de drenagem – desde as geomorfológicas, climáticas, pluviométricas, sazonalidade de vazões, potencial energético, recursos bióticos, cenários antrópicos (titularidade da terra e usos do solo, densidade demográfica, urbanização dos grupos humanos, sistema econômico dominante, políticas de intervenção e investimentos, processos de reprodução social, etc).

A “otimização” costuma ser uma tarefa complexa, porque cada corpo de água traz as suas peculiaridades e requer formas intervencionistas que não as confrontem; e também porque os circuitos de desenvolvimento têm interfaces e nexos muito abertos, que fluem do seu espaço interior para o espaço exterior, e vice-versa.

Essa complexidade é muito acentuada na Bahia, notadamente nas bacias hidrográficas de algumas das suas “regiões naturais”, por exemplo, no Sertão (depressões periféricas e inter-planálticas semi-áridas com caatingas); ou no Oeste (chapadões ocidentais, cerrados); ou na Zona da Mata/Costeira, onde o manejo hídrico se associa à preservação das propriedades naturais dos ecossistemas; ou na macro-bacia do Rio São Francisco, onde se acentuam as indefinições ou os confrontos de domínio institucional.

“Temos bacias constituídas por cursos d’água comuns a outros estados da Federação; bacias abrangidas pela Região Metropolitana da Grande Salvador; bacias cujos recursos hídricos constituem um grande potencial hidroenergético, como é o caso de algumas abrangidas por águas do Rio São Francisco; aquelas vocacionadas para transporte aquaviário; e, ainda, bacias hidrográficas que se incluem entre as zonas semi-áridas abrangidas pelo Polígono das Secas¹⁹”.

Se considerarmos que, dadas as dimensões territoriais e a multiplicidade de “espaços-tipo” com que se apresenta o Estado da Bahia, a gestão integrada dos Recursos Hídricos (a ser sustentada, inclusive, como metodologia, na regionalização do PERH-BA) torna imprescindível encontrar ou construir suportes administrativos desconcentrados geograficamente, multi-regionais ou regionais ou locais, que encurtem as linhas do processo decisório e factibilizem a eficiência da gestão.

A SRH, organismo condutor do mecanismo de gestão hídrica, já dispõe desse pré-requisito. Suas 10 Regiões Administrativas de Água, as RAAs, que talvez tenham de ser reestruturadas para acompanhar o posicionamento locacional e as áreas de drenagem das 13 bacias hidrográficas identificadas no estado, podem perfeitamente dar o necessário embasamento administrativo ao que se deseja instituir como gestão hídrica racionalizada em termos de espaço. A partir disso, a SRH poderá agilizar esse aparelho de gestão, desconcentrado territorialmente, mediante a propagação das experiências administrativas que vem desenvolvendo, no interior do estado, através das COMUAs e das AUAs, dentro do PGRH, ou mesmo das Consorciações Inter-Municipais.

19 Borges, Alice Gonzalez, “Reflexões sobre a Gestão dos Recursos Hídricos no Estado da Bahia”, em Rev. de Direito Administrativo, julho/setembro de 1988.

ÍNDICE DO CAPÍTULO

APRESENTAÇÃO.....	1
1. INTRODUÇÃO	2
2. RECURSOS HÍDRICOS E DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	4
2.1 ABORDAGEM TERRITORIAL.....	4
2.1.1 Discussão das Regionalizações Existentes	5
2.1.1.1 Considerações Gerais Sobre a Regionalização Baiana	9
2.1.1.2 O Estado da Bahia e sua Caracterização Geográfica	11
2.1.1.3 Bacias Hidrográficas.....	11
2.1.1.4 Regiões Administrativas da Água	17
2.1.1.5 Domínios Aquíferos	20
2.1.1.6 Regiões Naturais.....	24
2.1.1.7 Ecorregiões	27
2.1.1.8 Divisão Político-Administrativa	33
2.1.1.9 Microrregiões Definidas pelo IBGE	35
2.1.1.10 Regiões Econômicas.....	35
2.1.1.11 Eixos de Desenvolvimento	39
2.1.2 Bases para a Formulação de uma Regionalização do PERH-BA	49
2.1.2.1 Aspectos Físicos.....	49
2.1.2.2 Aspectos Econômicos	50
2.1.2.3 Aspectos Socioculturais e Espaciais.....	52
2.1.2.4 Aspectos Administrativos e Legais	54



CARTOGRAMAS

2.2.1	Geomorfologia	74
2.2.2	Tipologia Climática	83
2.2.3	Classes de Solos	109
2.2.4	Potencial das Terras para Irrigação	124
2.2.5	Risco de Erosão	137

FIGURA

Figura 2.1.1 - Percentual dos fluxos socioeconômicos por eixo de desenvolvimento - 2000.....	46
--	----

TABELA

Tabela 2.1.1 - Fluxos socioeconômicos por eixos de desenvolvimento – 2000.....	45
--	----

